



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Earl Castillo, Lisa

O TERREIRO DO ALAKETU E SEUS FUNDADORES: HISTÓRIA E GENEALOGIA FAMILIAR, 1807-1867

Afro-Ásia, núm. 43, 2011, pp. 213-259  
Universidade Federal da Bahia  
Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77021122007>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



## O TERREIRO DO ALAKETU E SEUS FUNDADORES: HISTÓRIA E GENEALOGIA FAMILIAR, 1807-1867\*

*Lisa Earl Castillo*\*\*

O terreiro Ilê Maroiá Laji, localizado na cidade de Salvador e mais conhecido como o Alaketu, é considerado um dos mais velhos do Brasil, junto com a Casa das Minas, no Maranhão, e a Casa Branca, na Bahia. Embora este último e dois descendentes seus, o Gantois e o Ilê Axé Opô Afonjá, tenham recebido mais atenção etnográfica, o Alaketu também ocupa um lugar de prestígio no mundo do candomblé baiano, o que resultou no seu tombamento pelo IPHAN em 2005. Na etnografia, a primeira menção do terreiro é de 1937, quando foi indicado para ser visitado pelos participantes do II Congresso Afro-Brasileiro. Em 1948, Edison Carneiro caracterizou a então iorixá Dionísia Francisca Régis como uma das mais importantes de Salvador. Contudo, ao abordar a história do candomblé da Bahia, Carneiro privilegiou a Casa

\* A pesquisa que deu origem a este texto foi realizada entre 2006-2010, com o apoio de bolsas de pós-doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Agradeço a João José Reis, Luis Nicolau Parés, Kátia de Queiroz Mattoso, Vivaldo da Costa Lima, Renato da Silveira, Silvia Hunold Lara, Robert Slenes, Marcelo MacCord, Ana Lucia Araujo, Julio Braga e a meus colegas da linha de pesquisa “Escravidão e Invenção da Liberdade”, do Programa de Pós-Graduação em História (UFBA), pelos comentários sobre versões preliminares deste texto. Minha profunda gratidão à finada Olga do Alaketu e a sua família, pelo diálogo e pela hospitalidade, e a Vivaldo da Costa Lima (1925-2010), pelas conversas produtivas e divertidas sobre a história do terreiro. Dedico este trabalho à sua memória e à de sua comadre, Olga do Alaketu. Axé-ô!

\*\* Bolsista do Prodoc-Capes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia.





Branca, afirmando que esse templo “deu, de uma forma ou de outra, nascimento a todos os demais e foi o primeiro a funcionar regularmente”. Essa afirmação, além de sugerir que o Alaketu fosse fundado depois da Casa Branca, também leva à impressão de que seja seu descendente espiritual.<sup>1</sup>

Mãe Dionísia faleceu em 1953. Foi apenas nos anos 1960 que estudiosos começaram a se interessar pela história do seu terreiro. O primeiro foi o antropólogo Vivaldo da Costa Lima, que realizou numerosas entrevistas com a sobrinha-neta e sucessora de Dionísia, Olga Francisca Régis, que, ao contar a tradição oral sobre a fundação do seu terreiro, não mencionava qualquer vínculo com a Casa Branca, mas afirmava que o Alaketu foi fundado “há 350 anos pela bisavó de titia”, uma africana chamada Otampê Ojaró. Filha da família real do reino de Ketu, ainda criança Otampê Ojaró teria sido raptada, junto com uma irmã gêmea, pelos daomeanos e vendida para traficantes de escravos. No Brasil, recebeu o nome de Maria do Rosário. Após sua liberdade, teria voltado para a África, lá casando com um homem chamado Babá Laji, com quem retornou à Bahia e fundou o terreiro. Após a morte de Otampê Ojaró, a liderança teria passado à sua filha, Acobiodé, tendo daí uma sucessão matrilinear até hoje.<sup>2</sup>

Dona Olga regeu o Alaketu durante cinco décadas, contando esse mito fundador várias vezes ao longo dos anos. Nesses depoimentos, surgiram várias diferenças na genealogia familiar e, às vezes, novos detalhes.<sup>3</sup> Além das narrativas orais, a única outra fonte conhecida até agora sobre a história do terreiro foi o inventário *post mortem* do avô de

<sup>1</sup> Edison Carneiro, *Candomblés da Bahia*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991 [1948], pp. 56-7; 105; “Homenagem ao Congresso Afro-Brasileiro”, *O Estado da Bahia* (24 de maio de 1937), p. 5. Sobre a Casa das Minas, ver Sérgio Ferretti, *Querebentã de Zomadonu: etnografia das Casa das Minas*, Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

<sup>2</sup> Vivaldo da Costa Lima, *A família de santo nos candomblés jeje-nagôs da Bahia: um estudo de relações intergrupais*, Salvador: Corrupio, 2003, pp. 33-5.

<sup>3</sup> Renato da Silveira, “Sobre a fundação do Terreiro do Alaketu”, *Afro-Ásia*, ns. 29-30 (2003), pp. 345-79; Olga Francisca Régis, “Nação-Queto”, in Vivaldo da Costa Lima (org.), *Encontro de nações de candomblé* (Salvador: Ianamá/CEAO, 1984), pp. 27-33; Roberto Freire, “Minha gente é de santo”, *Revista Realidade*, n. 10 (1977) pp. 88-96; Luis Toledo Machado e Osvaldo Xidié, “Olga do Alaketo: toda nobreza e uma descendente real”, *Revista Planeta*, n. 20 (abril de 1974) pp. 100-9.



*A ielorixá Olga de Alaketu e sua família carnal e espiritual por volta de 1962. À esquerda, em pé, seu marido, José Cupertino Barbosa; à direita, também em pé, sua filha mais velha, Jocelina, hoje ielorixá do terreiro.*  
Foto: Pierre Verger.



Dionísia, João Francisco Régis, de 1867. Nesse documento, menciona-se uma grande roça no bairro de Matatu Grande, local onde o terreiro se encontra até hoje, porém com uma área bem menor. Partindo das informações desse documento e dos depoimentos de Dona Olga, o presente trabalho apresenta os resultados de uma extensa pesquisa documental sobre os fundadores, na qual foram consultadas fontes primárias de diversos tipos. Os dados levantados confirmam muitos aspectos da memória oral, como o esquema geral da genealogia, oferecendo também um esboço biográfico dos fundadores e de seu núcleo familiar, revelando que foram pessoas de posse que participavam ativamente de irmandades católicas. Em relação ao terreiro, os novos dados sugerem que tenha sido fundado na primeira metade do século XIX, provavelmente entre 1833 e 1850 – apenas uma de diversas divergências entre a tradição oral e os registros escritos que surgiram no decorrer da pesquisa.

### **João Francisco Régis: o elo entre a memória oral e os registros escritos**

Além do exemplar do inventário *post mortem* de João Francisco Régis no acervo do terreiro, existe outro, no Arquivo Público do Estado da Bahia. A esse último está anexada uma cópia do testamento do falecido. Lacrado em 4 de abril de 1857 e aberto em 26 de setembro de 1867, dia da morte do testador, o documento traz dados valiosos sobre sua família:

Sou [...] legítimo filho dos finados Gaspar Ferreira de Andrade e Maria do Rosário da Conceição, natural desta Cidade, e sempre me conservei no estado de solteiro. [...] Declaro que, por fragilidade humana tive de Francisca Gomes de Jesus, mulher solteira, dois filhos de nomes José e Jacob, este hoje com vinte anos e aquele com vinte e um, os quais sendo como meus reconhecidos filhos e herdeiros, visto não terem mais ascendentes vivos.<sup>4</sup>

Alguns desses nomes já são conhecidos pela tradição oral, como os filhos de João Francisco Régis, especialmente José, que foi o pai de

<sup>4</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia (doravante APB), *Inventário de João Francisco Régis*, 3/1071/1540/12, fl. 4.





Mãe Dionísia. Francisca Gomes de Jesus também é lembrada, como a mãe dos filhos de João Francisco e a terceira ialorixá do terreiro. Esse trecho do testamento traz ainda esclarecimentos. Um é que João Francisco Régis nunca se casou perante a Igreja com Francisca Gomes de Jesus. Outro se refere à mãe do testador. Enquanto em alguns testemunhos Dona Olga identificava Maria do Rosário como *avó* de João Francisco Régis, em outros ela dizia que era *mãe*.<sup>5</sup> O testamento confirma esta última relação, assim intensificando um problema das narrativas orais de Dona Olga, assinalado por Lima desde sua primeira entrevista com ela: a ideia de que o terreiro remontasse à primeira metade do século XVII.<sup>6</sup> Já que João Francisco Régis morreu em meados de Oitocentos, é muito difícil imaginar que sua avó teria fundado o terreiro duzentos anos antes. Mas, se fosse sua mãe, torna-se impossível.

Outra dificuldade com a data de estabelecimento reivindicada por Dona Olga foi apontada pelo antropólogo Renato da Silveira: no século XVII, os territórios iorubás ainda não se tinham tornado alvos do tráfico de escravos. Tais divergências levaram esses autores a sugerir que, na interpretação de narrativas orais, não se deveria pensar apenas em verdades literais, porque, além de contar fatos, também são, de certa forma, um gênero poético, no sentido de serem repletas de metáforas e alegorias.<sup>7</sup>

Por outro lado, a ideia de que Otampê Ojaró fosse originária do reino de Ketu encontra apoio nas tradições orais e na historiografia desse reino iorubá. Como Lima mostra, o apelido do terreiro, *Alaketu*, seria, provavelmente, uma corruptela do iorubá *ará Ketu*, “gente de Ketu”, ou, alternativamente, uma referência ao título do rei daquele reino, justamente *aláketu*. Outro ponto importante é que a área do terreiro é consagrada ao orixá caçador, Oxóssi, que, em Ketu, é uma das mais impor-

<sup>5</sup> Lima, *A família de santo*, p. 204; Machado e Xidié, “Olga do Alaketu”, p. 102.

<sup>6</sup> Vivaldo da Costa Lima, “Nações-de-candomblé”, in Costa Lima, *Encontro de nações de candomblé*, pp. 11-28, esp. 24.

<sup>7</sup> Silveira, “Sobre a fundação”, pp. 347-9; Lima, “Nações-de-candomblé”, p. 19. Sobre o cruzamento de narrativas orais com registros escritos, ver Luis Nicolau Parés, *A formação do candomblé. História e ritual da nação jeje na Bahia*, Campinas: Editora da Unicamp, 2006, pp. 169-70.





tantes divindades do panteão iorubá.<sup>8</sup> Ademais, o sobrenome da fundadora do terreiro, Ojaró, é uma das cinco linhagens do reino, mais conhecida como Aro. O *aláketu*, que reinou de 1780 a 1795, Akebioru, era dessa família, e o povoado de nascimento da sua mãe, Iwoye, foi atacado pelos daomeanos em 1789. Foram presas duas mil pessoas, entre elas uma neta do rei, chamada Otankpe Ojaró – obviamente, o mesmo nome que, no Brasil, seria transposto à escrita como “Otampê Ojaró.” Após chegar à capital daomeana, Abomey, a maioria dos presos foi executada, e o restante, vendido como escravo. Certamente, os cativeiros foram embarcados de Uidá, o porto principal do reino. Como Silveira ressalta, foi a primeira vez que o Daomé invadiu o território de Ketu e não houve outras agressões até a segunda metade de Oitocentos.<sup>9</sup>

Esse conjunto de fatos leva a supor que a menina da família Aro, presa nesse ataque, fosse a futura fundadora do terreiro do Alaketu, uma hipótese respaldada por novos documentos encontrados durante a pesquisa atual. O registro de óbito de Maria do Rosário, esposa de Gaspar Ferreira de Andrade, datado de 26 de agosto de 1850, estima que a falecida fosse “maior de 65 anos”, o que significa que teria nascido em 1785, ou um pouco antes. Outros documentos indicam que seus filhos nasceram entre 1807 e 1816.<sup>10</sup> Se Maria do Rosário/Otampê Ojaró era de idade reprodutiva nesse período, provavelmente era criança em 1789, quando o ataque aconteceu – o que está inteiramente compatível com a memória de que fosse capturada pelos daomeanos na sua infância.

<sup>8</sup> Lima, *A família de santo*, pp. 34-5. Em iorubá, *ará* significa habitante, enquanto *alá* denota posse ou domínio: *A Dictionary of the Yoruba Language*, Ibadan: University Press PLC, 2009.

<sup>9</sup> Lima, *A família de santo*, p. 35; E.G. Parrinder, *The Story of Ketu, an Ancient Yoruba Kingdom*, Imeko, Nigéria: African University Institute, 2005, pp. 38-51; Edouard Dunglas, “Contribuição à história do médio Daomé: o reino iorubá de Ketu (2ª parte)”, *Afro-Ásia* n. 38 (2008) pp. 323-52, esp. 347-50; Robin Law, *Ouidah: The Social History of a West African Slaving Port*, Oxford: Oxford University Press, p. 109; Silveira, “Sobre a fundação,” pp. 347-9; Parrinder, *The Story of Ketu*, pp. 38-51.

<sup>10</sup> Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador (doravante ACMS), Freguesia de Santana, *Óbitos* 1847-64, fl. 87; *Óbitos* 1864-76, fls. 14v., 60; Freguesia de Brotas, *Óbitos* 1841-48, fl. 171. Muitas vezes consultei microfilmes dos registros paroquiais no acervo da Jesus Christ Church of Latterday Saints’ Family History Library. Para o catálogo de registros referentes à Bahia, acesse [www.familysearch.org/eng/library/fhlcatalog](http://www.familysearch.org/eng/library/fhlcatalog).



## Maria do Rosário e seu núcleo familiar

Olga do Alaketu contava que, depois que Otampê Ojaró foi escravizada junto com a irmã gêmea e trazida à Bahia, as meninas foram compradas por “um senhor de posses, alto e simpático”, que as alforriou em seguida. Ainda de acordo com as narrativas orais, esse senhor, na realidade, foi o orixá Oxumarê, fazendo-se passar por homem mortal.<sup>11</sup> Não encontrei registros que desvendassem as circunstâncias da alforria de Otampê Ojaró, nem tampouco da trajetória da irmã gêmea no Brasil.<sup>12</sup> A documentação sugere, entretanto, que Otampê Ojaró/Maria do Rosário obteve sua liberdade entre 1807 e 1811. Isto significa que, se fosse escravizada em 1789, teria ficado cerca de vinte anos no cativeiro.<sup>13</sup>

Sobre a viagem de volta à África, que Otampê Ojaró teria feito depois de liberta, também não encontrei pistas. Mas isso pode ser o resultado, pelo menos em parte, da escassez de fontes sobre o fluxo de passageiros no porto de Salvador, no período anterior a 1830. Se, em algum momento, Otampê Ojaró foi à África, provavelmente teria sido antes de 1811, pois, a partir daí, começam a surgir numerosos registros dela na Bahia. Nessa altura já liberta, usava o nome de Maria do Rosário, morava na Freguesia de Santana e tinha formado uma união consensual com Gaspar Ferreira de Andrade.

O nome Gaspar Ferreira de Andrade, presente no testamento de João Francisco Régis e em numerosos outros documentos encontrados durante a pesquisa atual, não figura na tradição oral. Pelo contrário, em alguns depoimentos Dona Olga dizia que ele se chamava Porfírio Régis; em outros, lhe dava o nome João Régis.<sup>14</sup> Deixando de lado a questão do prenome, pode até parecer mais acreditável que o marido de Maria do Rosário tivesse o sobrenome Régis, como seu filho João Francisco

<sup>11</sup> Olga Francisca Régis, “Nação-Queto”, in Costa Lima (org.), *Encontro de nações de candomblé*, pp. 27-34, esp. 27; Silveira, “Sobre a fundação”, p. 345.

<sup>12</sup> Vale constatar que a versão da tradição oral de Ketu sobre a captura de Otankpe Ojaró, registrada por Costa Lima, não menciona a irmã gêmea: *A família de santo*, p. 35.

<sup>13</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Batizados 1811-21*. O estado de preservação desse livro é muito precário, com tinta apagada e folhas fragmentadas, sem numeração. A maioria dos registros é ilegível.

<sup>14</sup> Lima, *A família de santo*, pp. 34 e 204; Machado e Xidié, “Olga do Alaketo”, p. 102; Silveira, “Sobre a fundação”, p. 378, n. 2.



Régis. Contudo, nas primeiras décadas do século XIX, essa regra patriarcal de nomeação ainda não tinha sido consolidada, sobretudo entre a população africana. Também acontecia que mulheres casadas não adotavam o sobrenome do marido; isso foi, inclusive, o caso de Maria do Rosário, que usava “da Conceição” como sobrenome, não o “de Andrade” do seu marido. Ademais, o “Régis” de João Francisco não foi propriamente um sobrenome: fazia parte de um nome devocional católico, relativamente comum na Bahia nessa época, em homenagem a um santo francês, canonizado no século XVIII, Jean-François Régis.<sup>15</sup>

Segundo um documento de 1843, Gaspar Ferreira de Andrade era nagô, como os iorubá-falantes eram conhecidos no Brasil. Esse registro também lhe atribuiu 80 anos e fornece uma descrição física: de cor preta, com estatura alta, rosto comprido, barba cerrada e cabelos crespos e brancos. Outro documento, de seis anos depois, lhe deu apenas 71 anos, mencionando que trabalhava como roceiro.<sup>16</sup> Se tomar a média destas estimativas conflitantes, Gaspar teria nascido por volta de 1770, sendo, assim, mais velho que sua esposa. Já que o tráfico negreiro preferia cativos jovens, é provável que Gaspar tivesse chegado ao Brasil antes da virada do século XIX. Não sei com certeza a quem serviu no cativeiro, mas desconfio de que tenha sido um padre chamado José Ferreira de Andrade, pois alguns registros identificam o liberto Gaspar como “Gaspar José Ferreira de Andrade”.<sup>17</sup> O padre possuía pelo menos dois outros escravos, ambos alforriados em 1806. Talvez tenha sido por aí que o escravo Gaspar se tenha tornado forro também.<sup>18</sup>

<sup>15</sup> Jean-François Régis (1597-1640), um jesuíta do sul da França foi canonizado em 1737. Attwater, *The Penguin Dictionary of Saints*, Hammondsworth: Penguin Books, 1965, p. 210. Ao longo da pesquisa, encontrei cerca de dez outras pessoas com o nome João Francisco Régis em Salvador, no século XIX. Sobre batismos e as práticas de nomeação, ver Jean Hébrard, “Esclavage et dénomination: imposition et appropriation d'un nom chez les esclaves de la Bahia au XIX<sup>e</sup> siècle”, *Cahiers du Brésil Contemporain*, n. 53/54 (2003) pp. 31-92. O “da Conceição” usado por Maria do Rosário como sobrenome sugere que tivesse sido escrava de alguém chamada Maria da Conceição.

<sup>16</sup> APB, *Títulos de residência de africanos libertos*, maço 5664, fl. 47v. *Relação de africanos libertos da freguesia de Brotas*, maço 2880-1. No primeiro documento, Maria do Rosário aparece como “de nação Tapa”, termo pelo qual os Nupe eram conhecidos na Bahia, mas isto é claramente um erro.

<sup>17</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Batizados 1821-30*, fl. 187; Freguesia da Sé, *Batizados 1829-61*, fl. 62v.

<sup>18</sup> APB, *Livro de notas* 172, fl. 97v.; *Livro de notas* 174, fl. 64v.



A sua relação com Maria do Rosário começou antes de 1811, ano do batismo do seu filho João Francisco Régis. A cerimônia aconteceu no dia 11 de agosto, na Igreja Matriz da Freguesia de Santana. O registro identifica o batizado apenas pelo prenome, como era o costume, acrescentando que nasceu no mês de junho daquele ano e era filho natural de “Maria do Rosário, preta forra, moradora desta freguesia”. Quando os pais não eram casados pela Igreja, também era costume registrar apenas o nome da mãe. A madrinha do menino, Maria da Conceição, morava em outra freguesia, a da Conceição da Praia, e era africana liberta. O padrinho, Thomas Gonçalves Munção, era padre e morador da mesma freguesia. A escolha de um padre é interessante, diante do envolvimento dos pais no culto aos orixás. Talvez tenha sido o padrinho, do clero e conhecedor da hagiografia católica, quem sugeriu o nome do santo jesuíta para seu afilhado.<sup>19</sup>

Além de João Francisco Régis, Maria do Rosário e Gaspar tiveram outro filho homem, que recebeu o nome do santo, Simião Estillita. Esse filho usava “dos Reis” como sobrenome, provavelmente em homenagem aos três reis magos.<sup>20</sup> Não encontrei o seu registro de batismo, mas ele aparece em numerosos documentos, como veremos mais adiante.

Também encontrei evidência de duas filhas. Uma, Simiana, batizada em 14 de abril de 1816, “filha natural de Maria do Rosário, preta forra”. Simiana teve a mesma madrinha que João Francisco, a africana liberta Maria da Conceição, e seu padrinho também foi um padre, nesse caso o mesmo que oficiou no batismo, o reverendo coadjutor Francisco Pires da França. A vida de Simiana durou muito pouco: faleceu em 16 de outubro de 1818, “de moléstia interna”.<sup>21</sup> A outra filha de Maria do Rosário e Gaspar chamava-se Florêncio e seu sobrenome foi “de Sant’Anna do Sacramento”, em homenagem à padroeira da freguesia onde a família morava. Não encontrei o seu registro de batismo, mas ela teve uma vida mais longa que sua irmã, mesmo assim morreu relativamente jovem, em 1837 – mais de uma década antes de seus pais.

<sup>19</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Batizados 1811-21*.

<sup>20</sup> Há dois santos chamados Simião Estillita, ambos do Médio Oriente: Attwater, *The Penguin Dictionary of Saints*, pp. 309-10.

<sup>21</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Batizados 1811-21; Óbitos 1818-47*, fl. 7. Esse registro já identifica “Gaspar de Andrade” como pai de Simiana.





Em algumas entrevistas, Olga do Alaketu mencionou um filho de Maria do Rosário chamado Adiniano, mas não encontrei qualquer registro dele.<sup>22</sup> Encontrei, porém, um filho chamado Veríssimo do Rosário, que nasceu por volta de 1807 e morreu em 1852.<sup>23</sup> Alguns documentos descrevem Veríssimo como liberto, o que sugere que nasceu quando sua mãe ainda era escrava.<sup>24</sup> Isto sugere que Veríssimo do Rosário fosse o primogênito de Maria do Rosário, nascido antes da sua união com Gaspar Ferreira de Andrade.

Não descobri o nome do pai de Veríssimo, nem as circunstâncias de sua relação com Maria do Rosário. De qualquer forma, em 27 de abril de 1817, ela casou com o pai de seus outros filhos, Gaspar Ferreira de Andrade, na Igreja Matriz de Santana.<sup>25</sup> Entre africanos libertos, casamentos católicos eram relativamente raros. Sem dúvida, os ritos cristãos não eram uma prioridade imediata para casais que também tinham a possibilidade de formalizar suas uniões de acordo com seus próprios costumes. Ademais, casamentos católicos também envolviam despesas, que efetivamente os tornavam uma prática da elite. Mas eram precisamente as classes abastadas que tinham mais motivo para se casar perante a Igreja, pois assim que cônjuges e filhos podiam ser legalmente reconhecidos, protegendo seus direitos à herança. Frequentemente, quando casais africanos recebiam esse sacramento, a relação já existia há anos.<sup>26</sup> Foi o caso de Maria do Rosário e Gaspar Ferreira de Andrade, cujos quatro filhos nasceram antes do seu casamento católico. Depois das núpcias, todos eles foram legitimados, retroativamente, de acordo com o costume

<sup>22</sup> Silveira, “Sobre a fundação,” p. 78; Machado e Xidié, “Olga do Alaketo”, p. 102.

<sup>23</sup> No inventário de Veríssimo, de 1852, consta que Maria do Rosário era sua mãe, mas não menciona quem foi seu pai. O testamento de Gaspar, feito no ano anterior, não fala de Veríssimo; menciona apenas dois filhos masculinos: João Francisco Régis e Simão Estillita dos Reis: APB, *Inventário de Veríssimo do Rosário*, 5/1617/2086/6; *Inventário de Gaspar Ferreira de Andrade*, 4/1641/2110/5, fls. 3-4.

<sup>24</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Casamentos 1819-73*, fl. 40v.

<sup>25</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Casamentos 1786-1818*, fl. 212v.

<sup>26</sup> Maria Inês Cortes de Oliveira, *O liberto: o seu mundo e os outros*, Salvador: Corrupio, 1988, cap. 2; João José Reis, *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 108, 241 e 244; Lisa Earl Castillo e Luís Nicolau Parés, “Marcelina da Silva e seu mundo: novos dados para uma historiografia do candomblé ketu,” *Afro-Ásia*, n. 36 (2007), pp. 111-51, esp. 116-7.





da época.<sup>27</sup> Assim, o registro de óbito de Simiana, de 1818, já a descreve como filha legítima. E seu irmão João Francisco Régis, também descrito como filho natural no registro de batismo, podia reivindicar ser legítimo quando fez seu testamento, anos depois.<sup>28</sup>

Depois do casamento, o próximo registro em que Maria do Rosário e seu marido aparecem juntos é de 12 de fevereiro de 1819, quando foram padrinhos no batismo de um escravo adulto de nação jeje, na Igreja Matriz de Santana.<sup>29</sup> Entre a população negra, assim como no caso dos brancos, os laços de compadrio constituíam uma forma importante de parentesco simbólico, envolvendo alguma responsabilidade ética para o bem-estar do afilhado e um grau variável de aproximação entre os compadres. Quando os pais eram livres ou libertos, geralmente escolhiam indivíduos de algum prestígio como padrinhos. No caso de afilhados cativos, seus padrinhos normalmente tinham um *status* mais elevado do que o batizado, mas não necessariamente mais que o senhor, que frequentemente fazia a escolha. Contudo, se este permitia, o escravo adulto podia escolher seu próprio padrinho e, no caso de crianças, a mãe às vezes decidia.<sup>30</sup> Na Bahia, durante esse período, o fluxo de cativos chegando da África, sobretudo dos territórios iorubás, era grande. No navio negreiro, os presos do porão às vezes vinham da mesma região, ou, outras vezes, membros da mesma família chegavam juntos ou um atrás do outro. Podia acontecer, portanto, que, quando um africano na Bahia se tornava padrinho de outro, recém-chegado, faziam parte de uma rede sociofamiliar que se aproveitava do apadrinhamento para se reconstruir no Brasil.<sup>31</sup>

<sup>27</sup> Hébrard, “Esclavage et denomination”, pp. 76-7; ACMS, Freguesia de Santana, *Óbitos 1818-47*, fl. 7.

<sup>28</sup> APB, *Inventário de João Francisco Régis*, 3/1071/1540/12, fl. 4. Para análises da estrutura familiar de afrodescendentes na Bahia oitocentista, ver Kátia de Queirós Mattoso, *Família e sociedade na Bahia do século XIX*, Salvador: Corrupio, 1988; e Isabel Cristina Ferreira dos Reis, “A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-88” (Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2007), esp. cap. 2.

<sup>29</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Batizados 1811-21*.

<sup>30</sup> Kátia de Queirós Mattoso, *Família e sociedade na Bahia do século XIX*, Salvador: Corrupio, 1988, pp. 132-3; Maria Inês Cortes de Oliveira, “Viver e morrer no meio dos seus,” *Revista USP* (1995-96), pp. 174-93; esp. 184-7; Reis, *Domingos Sodré*, pp. 273-9.

<sup>31</sup> Oliveira, “Viver e morrer,” pp. 184-7; Moacir de Castro Maia, “O apadrinhamento de africanos em Minas colonial: o (re)encontro na América (Mariana, 1715-1750)”, *Afro-Ásia*, nº 36 (2007), pp. 229-62; Márcia Cristina de Vasconcelos, “O compadrio entre escravos



Até meados dos anos 1830, Gaspar Ferreira de Andrade e Maria do Rosário assumiram pelo menos dezenove afilhados. A grande maioria era de escravos africanos. Não consegui apurar detalhes sobre esses afilhados, mas seu número indica que o casal tinha certo prestígio na comunidade africana.<sup>32</sup> Esse *status* talvez decorresse em parte doascimento aristocrático de Maria do Rosário ou da sua importância no mundo religioso afro-brasileiro. Mas, certamente, também foi relacionado às posses materiais que ela e seu marido acumularam na Bahia. Desde meados da década de 1810 eram senhores de escravos. Os primeiros registros são de 1816, quando, no mesmo dia em que batizou Simiana, Maria do Rosário também batizou três escravas nagôs: Felicidade, Roza e Efigênia. Em 1819, também no mesmo em dia que Maria do Rosário e seu marido foram padrinhos do escravo jeje, mencionado acima, batizaram duas escravas suas, Maria e Zeferina, ambas africanas.<sup>33</sup> Encontrei registros de um total de quatorze cativos que serviram ao casal, quase todas mulheres africanas nagôs, e a grande maioria, registrada no nome de Maria do Rosário (Tabela 1).<sup>34</sup> A documentação trouxe pouca informação sobre a relação desses escravos com seus senhores, com a exceção de duas, Efigênia e Maria Antonia, cujos casos serão examinados mais adiante. Quando Maria do Rosário morreu, em 1850, essas duas foram as únicas cativas que restavam ao casal, o que sugere que o resto tinha morrido no cativeiro ou tido negociada sua manumissão.

numa comunidade em transformação (Mambucaba, Angra dos Reis, século XIX)", *Afro-Ásia*, n. 28 (2002) pp. 147-78; Marisa de Carvalho Soares, *Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, cap. 3. Ver também o caso de Iyá Nassô, fundadora da Casa Branca, cujo marido no Brasil foi padrinho do filho dela foi batizado escravo: Lisa Earl Castillo e Luis Nicolau Parés, "Marcelina da Silva: a Nineteenth-Century Candomblé Priestess in Bahia," *Slavery & Abolition* 31, nº 1 (2010), pp. 1-28, esp. 6.

<sup>32</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Batizados 1811-21; Batizados 1821-30; Freguesia da Sé, Batizados 1829-61*. Infelizmente, a grande maioria desses registros não inclui a etnia desses afilhados, consta apenas "africano".

<sup>33</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Batizados 1811-21*.

<sup>34</sup> A posse de escravos por africanos libertos era relativamente comum, tanto na Bahia quanto em outras partes do Brasil. Oliveira, *O liberto*, pp. 40-7; Pierre Verger, *Os libertos: sete caminhos na liberdade de escravos da Bahia*, Salvador: Corrupio, 1992, pp. 42-64; Reis, *Domingos Sodré*, pp. 230-41; Castillo e Parés, "Marcelina da Silva e seu mundo", pp. 115-8, 125-8 e 149-50; Mieko Nishida, *Slavery & Identity: Ethnicity, Gender and Race in Salvador, Brazil, 1808-1888*, Bloomington: Indiana University Press, 2003, pp. 88-90.



Tabela 1  
Escravos de Maria do Rosário e Gaspar Ferreira de Andrade, 1819-1851

N.	Nome	Nação	Tipo doc.	Senhor/A
1	Efigênia	nagô	Bat. 14/04/1816	Maria do Rosário
2	Felicidade	nagô	Bat. 14/04/1816	Maria do Rosário
3	Rosa	nagô	Bat. 14/04/1816	Maria do Rosário
4	Antônio ( <i>f. de Gertrudes</i> )	crioulo	Ób. 01/02/1817	Maria do Rosário
5	Gertrudes	mina	Alf. 29/07/1836	Maria do Rosário
6	Zeferina	jeje	Bat. 12/02/1819	Gaspar de Andrade
7	Rita	africana	Bat. 12/02/1819	Maria do Rosário
8	Maria	?	Bat. 03/12/1819	Maria do Rosário
9	Cypriano	crioulo	Bat. 04/02/1826	Maria do Rosário
10	Paulina	africana	Bat. 04/02/1826	Maria do Rosário
11	Felicidade	africana	Bat. 28/09/1828	Gaspar de Andrade
12	Julianna ( <i>f. de Zeferina</i> )	crioula	Bat. 14/02/1829	Maria do Rosário
13	Joaquim	?	Bat. 24/06/1830	Maria do Rosário
14	Maria Antônia	nagô	Inventário, 1850	Maria do Rosário/ Gaspar de Andrade

**Fontes:** Livros de batismo e de óbito, Freguesia de Santana, 1801-1851; Livros de Notas, 1800-1851; Inventário de Gaspar Ferreira de Andrade.

Contudo, encontrei apenas um registro de óbito, de 1817, de uma criança de seis anos, Antônio, filho de Gertrudes, de nação “mina”, ambos identificados como escravos de Maria do Rosário.<sup>35</sup> De cartas de alforria, também só achei uma, a da mesma Gertrudes, concedida por Maria do Rosário em fevereiro de 1836, dezenove anos depois da morte desse filho, quando Gertrudes tinha por volta de 29 anos, esse documento traz informações valiosas sobre as dinâmicas de poder e de gênero na família. A liberdade foi atrelada à condição de que a escrava acompan-

<sup>35</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Óbitos 1802-18*, fl. 203v.





nhasse “minha filha, Florêncio do Sacramento, visto que para esta liberdade não recebi quantia alguma”.<sup>36</sup> Por outro lado, também procurou proteger Gertrudes, advertindo que Florêncio “não poderá contratar negócio algum que possa estorvar esta liberdade, e sim desfrutar unicamente os serviços da dita escrava”.

Mais adiante, no documento, Maria do Rosário indicou que tinha certa autonomia financeira no núcleo familiar, informando que a decisão de alforriar Gertrudes foi feita com “o consentimento do meu marido e aprovação dos meus herdeiros, por conhecêrem estes que a dita escrava foi adquirida com os lucros dos meus negócios”.<sup>37</sup> Esses negócios, certamente, eram vendas, pois outros documentos revelam que era ganhadeira.<sup>38</sup> Muitos africanos trabalhavam no ganho como artesãos ou mestres de ofícios. No caso de mulheres, a venda de alimentos nas ruas da cidade – frutas e verduras, carne, peixe, ou comidas preparadas – era comum. O envolvimento feminino nesse setor econômico tinha raízes no outro lado do Atlântico, nas feiras públicas de Iorubalândia, onde o sexo feminino delas participava como comerciante, tanto quanto os homens.<sup>39</sup> Provavelmente, os lucros de Maria do Rosário, de suas próprias vendas, foi suplementado pelo de suas escravas.

Que os seus herdeiros realmente estavam conformes com a decisão de libertar Gertrudes torna-se evidente no final do documento, pois assinaram como testemunhas seus três filhos, Veríssimo do Rosário, João Francisco Régis e Simião Estillita dos Reis. Nessa época, o ensino formal em Salvador era precário e um porcentual expressivo da população, inclusive dos brancos, era analfabeto. A Freguesia de Santana, onde a família morava, tinha menos pessoas alfabetizadas, comparada com outras partes da cidade, talvez relacionada à sua grande população

<sup>36</sup> APB, *Livro de notas* 303, fl. 10v.; Série Escravos, Assuntos, 1829-87, Mapa de escravos africanos da Freguesia de Santana, maço 2898.

<sup>37</sup> APB, *Livro de notas* 303, fl. 10v. [grifos meus]

<sup>38</sup> APB, *Relação de africanos libertos da freguesia de Santana*, maço 2880-1.

<sup>39</sup> Cecília Moreira Soares, *Mulher negra na Bahia no século XIX*, Salvador: Eduneb, 2007, cap. 2; Mary Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)* São Paulo: Companhia das Letras, 2000; Pierre Verger e Roger Bastide, “Contribuição ao estudo dos mercados nagôs do baixo Benin”, in Verger, *Artigos, tomo 1* (Salvador: Corrupio, 1992), pp. 122-59; Teresinha Bernardo, *Negras, mulheres e mães: lembranças de Olga de Alaketu*, Rio de Janeiro: Pallas, 2003, pp. 33-6.



negra, cujo acesso à escola era limitado. Contudo, alguns libertos e livres conseguiram aprender aspectos básicos do letramento, através de mestres contratados particularmente ou de aulas públicas de ensino básico. Incluída nessa nata de cor estavam os três filhos de Maria do Rosário – outra indicação da pauta de vida privilegiada da família que fundou o terreiro do Alaketu.<sup>40</sup>

### Redes sociais

Na documentação, Gaspar Ferreira de Andrade e Maria do Rosário aparecem sempre como moradores da Freguesia de Santana, paróquia com uma grande população de libertos, alguns dos quais eram pessoas de posse.<sup>41</sup> Um dos mais conhecidos é Luis Xavier de Jesus, senhor de dezenas de escravos e oito imóveis espalhados pelo bairro.<sup>42</sup> Embora Gaspar e sua esposa não atingissem essa pauta impressionante de riqueza material, certamente ainda figuravam entre os africanos mais abastados da freguesia, junto com outro casal importante na história do candomblé, José Pedro Autran e Francisca da Silva. Lembrada mais por seu título religioso, Iyá Nassô, Francisca foi uma das fundadoras da Casa Branca. Até o final dos anos 1820, tinham dois imóveis e quase vinte escravos.<sup>43</sup> Renato da Silveira, seguindo a ideia de Edison Carneiro, de que a Casa Branca teria dado origem a todos os demais terreiros nagôs, levanta a hipótese de que a fundadora do Alaketu, nos seus tempos iniciais na Bahia, fosse acolhida por pessoas da comunidade religiosa hoje conhecida como a Casa Branca.<sup>44</sup>

<sup>40</sup> Sobre a alfabetização de afrodescendentes na Bahia oitocentista, ver Klebson Oliveira, “Negros e escrita no Brasil do século XIX: Sócio-história, edição filiológica de documentos e estudo lingüístico” (Tese de doutorado, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2006), especialmente pp. 33-51 e 69-78; Ione Celeste de Sousa, “Escolarização, Infância e ‘Côr’ nas aulas públicas: Bahia, 1840-90,” texto apresentado no *II Congresso Baiano de Pesquisadores Negros: outros caminhos das culturas afro-brasileiras*, Feira de Santana, 24-26 de setembro, 2009.

<sup>41</sup> APB, *Relação de africanos libertos da freguesia de Santana*, maio 2880-1.

<sup>42</sup> Verger, *Os libertos*, pp. 55-60; João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos malês em 1835*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 485-90.

<sup>43</sup> Castillo e Parés, “Marcelina da Silva e seu mundo”, pp. 114-7.

<sup>44</sup> Silveira, “Sobre a fundação”, pp. 359-60 e 374-5; Silveira, *O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto*, Salvador: Maianga, 2006, pp. 386-90 e 395-6. Sobre as redes sociais de libertos, ver Maria Inês Cortes de Oliveira, “Viver e morrer”, pp.174-93, e Oliveira, *O liberto*.





É muito provável que Maria do Rosário e seu marido conhecessem Francisca da Silva e José Pedro Autran. Além de morarem no mesmo bairro e frequentarem a mesma igreja, ambos os casais eram nagôs e pertenciam à pequena minoria de africanos que desfrutavam de certo conforto material. Ademais, como no caso de Maria do Rosário, a visibilidade de Francisca da Silva na comunidade africana do bairro, provavelmente, se devia também à sua vida anterior na África. O título religioso de Francisca, Iyá Nassô, indica que, antes de ser escravizada, possuía o cargo mais elevado no culto de Xangô do Alafin de Oyô, capital do império do mesmo nome. Esse currículo, sem dúvida, chamava a atenção de outras pessoas das elites iorubás que foram reduzidas à escravidão na Bahia.

Porém, não encontrei qualquer indício de amizade profunda entre os dois casais. Às vezes, o marido de Francisca da Silva esteve presente na igreja matriz de Santana no mesmo dia em que Maria do Rosário e Gaspar. Em 12 de outubro de 1828, quando os fundadores do Alaketu foram padrinhos de uma escrava africana, na Igreja Matriz do bairro, José Pedro Autran foi padrinho de uma menina crioula, batizada na mesma igreja, escrava de outro senhor.<sup>45</sup> Ademais, os fundadores do Alaketu e os da Casa Branca conheciam pessoas em comum. Em 1824, e novamente em 1827, José Pedro Autran foi padrinho de escravos de outro casal de libertos nagôs bem-sucedidos e residentes da freguesia, Francisco Moreira e Ritta de Campos. Esse casal tinha amizade estreita com uma rica liberta nagô, que também morava no bairro, Maria da Glória de São José, que, por sua vez, era amiga dos referidos fundadores do Alaketu.<sup>46</sup> Contudo, fora tais proximidades circunstanciais, não encontrei registros sugestivos de vínculos diretos entre os fundadores do Alaketu e os da Casa Branca.

Maria da Glória de São José conhecia Gaspar e Maria do Rosário desde pelo menos 1829, quando, no dia 14 de fevereiro, ela foi madrinha do casamento de Veríssimo do Rosário. No ano seguinte, Gaspar e essa

<sup>45</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Batizados 1821-30*, fls. 172v.-173.

<sup>46</sup> Para mais sobre Maria da Glória de São José, ver Lisa Earl Castillo, "The Exodus of 1835: Aguda Life Stories and Social Networks", no prelo.





amiga da família aparecem juntos como testemunhas no casamento de uma africana liberta com um crioulo forro.<sup>47</sup> Em 1835, no dia 26 de julho, Maria do Rosário e Gaspar presenciaram o batismo de um filho de Florência e, no mesmo dia, foram padrinhos de duas crianças, escravas de Maria da Glória.<sup>48</sup> No ano seguinte, porém, essa amiga sumiu do seu círculo social, juntando-se com as centenas de africanos libertos que tomaram a decisão de voltar para a África no período posterior à revolta dos malês.<sup>49</sup>

Outro amigo de Maria do Rosário e Gaspar foi o crioulo forro Manoel Pereira Butrago. No dia do casamento de Veríssimo, Manoel Butrago foi testemunha, junto com Maria da Glória de São José. Semiletrado, Butrago morava em Santana desde o início dos anos 1810, com sua esposa, Joanna Maria da Conceição. Suas condições financeiras eram mais modestas que as dos fundadores do Alaketu. Tinha ele uma escrava, a africana Maria, que morreu em 1835, já velha, e uma casa de taipa na Rua do Genipapeiro, que valia apenas 50\$000 quando a comprou em 1814.<sup>50</sup> Em 1821, ele entrou na Confraria de São Vicente da Caridade, alojada na Igreja do Rosário dos Pretos das Portas do Carmo. Já tinha vínculos com essa igreja através da sua ex-senhora, uma crioula forra chamada Anna Maria Pereira Butrago, que o criou desde menino.<sup>51</sup> Dona de um sobrado na Rua do Maciel, a ex-senhora era juíza da Irmandade do Rosário, tendo ingressado como irmã nos últimos anos do século XVIII. Alguns outros escravos seus também faziam parte dessa Irmandade, uma das maiores confrarias negras da cidade.<sup>52</sup> Como veremos

<sup>47</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Casamentos 1819-73*, fls. 40v. e 45v. A noiva de Veríssimo, Maria Antônia do Sacramento, era crioula forra. Os outros nubentes, Maria do Sacramento e Simão Domingues, também moravam em Santana.

<sup>48</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Batizados 1830-48*, fl. 145.

<sup>49</sup> Castillo, “The Exodus”. Vale constatar que no dia 5 de outubro de 1837 foi aprovado um passaporte para a África, para “Veríssimo do Rosário, crioulo forro” (APB, *Registros de passaportes, 1834-37*, Maço 5833, fl. 199). Cinco dias depois da emissão desse passaporte, também o receberam Iyá Nassô e seu marido, que foram para a África naquele ano, junto com seus escravos e agregados (Castillo e Parés, “Marcelina da Silva e seu mundo”, pp. 123-4), o que leva a supor que esse Veríssimo tenha viajado na mesma embarcação. Porém, o nome Veríssimo do Rosário não era tão raro, e não fica claro se quem recebeu o passaporte foi o filho dos fundadores do Alaketu.

<sup>50</sup> APB, *Livro de notas* 182, fl. 65.

<sup>51</sup> Arquivo da Irmandade do Rosário dos Pretos das Portas do Pelourinho (doravante AIRP), *Livro de entrada de irmãos, 1821-1925*, caixa 8, documento 1, fl. s/n. Esse registro o identifica como “capitão”.



mais adiante, Maria do Rosário e alguns dos seus filhos eram irmãos da mesma instituição, e possivelmente foi nesse ambiente que conheceram Manoel Pereira Butrago. Em 1824, graças à sua ex-senhora, Manoel Butrago ganhou parte de uma moradia melhor, quando ela lhe doou a metade de uma casa, com paredes de “adobes e tijolos”, localizada na Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo.<sup>53</sup>

Mais próxima ainda da família de Maria do Rosário era uma crioula chamada Zeferina Damásia. Gaspar a indicou como sua terceira testamenteira, o que indica um alto grau de confiança. João Francisco a mencionou duas vezes no seu testamento. Primeiro, ao anunciar sua intenção de alforriar duas escravas “crioulinhos”, estipulou que a liberdade só entraria em vigor após a morte da “Senhora Zeferina Damásia, que as está criando”. No mesmo documento, João Francisco instituiu Zeferina como uma de suas herdeiras, em reconhecimento “dos bons serviços que me tem prestado”, o que sugere que tivesse um *status* inferior, tratando-se, talvez de uma agregada à família.<sup>54</sup> Procurei muito por documentos sobre Zeferina Damásia, mas encontrei apenas dois registros. Há um batismo, ocorrido na Freguesia de Santana, em 4 de outubro de 1848, no qual ela aparece como madrinha de “Maria, crioula, filha natural de Elisa da Boa Morte, solteira”. O outro documento é o registro de seu próprio óbito, datado de 20 de janeiro de 1859, que informa que Zeferina era crioula, solteira e faleceu com apenas 40 anos de idade.<sup>55</sup>

Foi mais fácil descobrir informações sobre outra pessoa importante na rede familiar, o crioulo forro Marcellino Rodrigues Gomes, que conhecia a família desde pelo menos 1829, quando Maria do Rosário o chamou para ser padrinho de Julianna, a recém-nascida filha de uma escrava da família.<sup>56</sup> Morador da Freguesia da Sé e sapateiro por pro-

<sup>52</sup> AIRP, *Livro de irmãos*, 1722-1806, caixa 7. Agradeço a Lucilene Reginaldo por compartilhar esta informação comigo.

<sup>53</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Óbitos 1802-60*, fl. 189v.; APB, *Livro de notas* 195, fl. 322; *Livro de notas* 213, fl. 93. A outra metade da casa foi dada à crioula forra Maria do Nascimento, também ex-escrava de Anna Maria Butrago.

<sup>54</sup> APB, *Inventário de Gaspar Ferreira de Andrade*, fl. 4; e *Inventário de João Francisco Régis*, fls. 5- 5v.

<sup>55</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Batizados 1830-48*, fl. s/n; *Óbitos 1847-64*, fl. 297v. A causa da morte, segundo o registro, foi “hidropisia” ou inchaço do abdome.

<sup>56</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Batizados 1821-30*, fl. 184v.



fissão, durante o cativeiro Marcellino serviu a uma viúva, Raimunda Margarida Gomes, de quem comprou sua alforria em 1826, pagando o preço elevado de 650\$000.<sup>57</sup> No início da década de 1840, ele já participava da recém-fundada Irmandade de Nossa Senhora da Soledade do Amparo dos Desvalidos, que existe até hoje, conhecida como a Sociedade Protetora dos Desvalidos. Para entrar na irmandade, tinha que ser “negro de cor preta”, do sexo masculino, nascido no Brasil e possuir algum “meio lícito de sustentação”. Na prática, os sócios eram quase todos mestres de um ofício manual qualificado, como marceneiro, pedreiro, ferreiro, etc. Como Klebson Oliveira observa, a alfabetização, mesmo rudimentar, veio a constituir outro critério implícito.<sup>58</sup>

Marcellino, que, além de ser crioulo e sapateiro, também era semiletrado, tinha o perfil ideal para tornar-se sócio. Entrou para a Sociedade Protetora provavelmente por volta de 1840, e, em 1845, foi eleito para a diretoria, como segundo solicitador.<sup>59</sup> Os filhos de Maria do Rosário e Gaspar também pertenciam à entidade. Em 1848, quando a irmandade passou a ser abrigada pela Igreja do Rosário dos Pretos das Portas do Carmo, João Francisco Régis, que era alfaiate, foi eleito vice-provedor, sendo reeleito no ano seguinte. Em 1855, foi tesoureiro, ano em que seu irmão, Simião Estillita dos Reis, também se integrou à diretoria como segundo secretário.<sup>60</sup>

Não é muito claro se Marcellino Rodrigues Gomes levou os filhos dos fundadores do Alaketu para a Sociedade Protetora dos Desvalidos, se foi o contrário, ou se todos os três entraram juntos. Mas, quando se tornaram sócios da instituição, já se conheciam há más de dez anos.

<sup>57</sup> APB, *Livro de notas* 217, fl. 102v.

<sup>58</sup> Julio Braga, *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*, Salvador: Ianamá, 1987, pp. 19 e 41; Oliveira, *Negros e escrita*, p. 76.

<sup>59</sup> Sobre a participação de Marcellino na instituição, ver as transcrições das atas da entidade em Oliveira, *Negros e escrita*, pp. 662, 665, 669 e passim.

<sup>60</sup> Braga, *Sociedade Protetora*, pp. 30, 72-3. Amizades feitas nesse ambiente seriam úteis, futuramente, para a família. Por exemplo, José Pedro da Silva Paraguassu – que serviu na diretoria várias vezes, entre 1843 e 1855 – foi uma testemunha do testamento de Gaspar. Quando João Francisco fez o seu, nomeou como terceiro testamenteiro Primo Feliciano Ferreira, que serviu na diretoria quatro vezes, entre 1845 e 1856. Cf. Braga, *Sociedade Protetora*, pp. 72-3; APB, *Inventário de Gaspar Ferreira de Andrade*, fl. 6, *Inventário de João Francisco Régis*, fl. 7.



Desde 1834, Marcellino fazia parte do núcleo familiar, casando com Florêncio na igreja Matriz de Santana, no dia 12 de abril daquele ano. Em 19 de fevereiro do ano seguinte, nasceu o primeiro filho do casal. Batizaram-no com o mesmo nome do seu pai, Marcellino, em 26 de julho daquele ano, dia da padroeira de Santana. O tio do menino, Veríssimo, nesta altura já viúvo, foi padrinho, enquanto a avó materna, Maria do Rosário, foi madrinha.<sup>61</sup> Foi no ano seguinte, quando seu afilhado estava com cerca de dezoito meses, que ela cedeu a escrava Gertrudes à sua filha, provavelmente para ajudar a nova mãe a cuidar do menino.<sup>62</sup>

Na década de 1830, nasceram mais três netos de Maria do Rosário e seu marido. Dois foram os filhos de João Francisco: José, também conhecido como José Gonçalo, e Jacob, ou Firmino Jacob. A terceira foi Josefa, filha de Florêncio e Marcellino. Nascida em fevereiro de 1837, a menina morreu de “moléstia interna” com apenas seis meses de idade e foi sepultada no Convento de São Francisco. Talvez tenha havido problemas no parto. No seu registro de óbito, consta que a mãe já era morta.<sup>63</sup>

### A compra de propriedades

Na primeira metade dos anos 1830, Maria do Rosário e sua filha Florêncio realizaram três compras de terrenos no Matatu Grande, distrito de Brotas, então na periferia semirrural de Salvador. Apesar de ter uma vasta área geográfica, Brotas era a freguesia menos populosa da cidade. A grande maioria de seus habitantes se concentrava em fazen-

<sup>61</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Casamentos 1819-73*, fl. 60; *Batizados 1830-48*, fl. 145. No registro de casamento, consta que o noivo era filho natural de Ritta Maria, já falecida. No dia do batismo do filho de Florêncio, Maria do Rosário e Gaspar foram padrinhos de duas crianças, escravos de Maria da Glória de São José, como mencionado acima.

<sup>62</sup> APB, Livro 303, fl. 10v. A ideia de que Gertrudes iria ajudar Florêncio com os afazeres no lar é reforçada por outro documento, que descreve a escrava como “de serviço de casa”: APB, Série escravos, Assuntos, 1829-87, Mapa de escravos africanos da Freguesia de Santana, maço 2898.

<sup>63</sup> Não encontrei os registros de batismo dos filhos de João Francisco. Estimei os anos de seus nascimentos baseada nas idades declaradas por João Francisco no seu testamento: APB, *Inventário de João Francisco Régis*, fls. 1 e 4. ACMS, Freguesia de Santana, *Óbitos 1818-47*, fl. 197. No livro, não há registro da morte de Florêncio.





das, e o resto se espalhava em vilas pequenas ou roças, nas quais havia um porcentual reduzido, mas significativo, de libertos. Embora Maria do Rosário e sua família morassem no centro da cidade, conheciam pessoas em Brotas. Em 1832, foram testemunhas num casamento que aconteceu na Igreja Matriz da freguesia, de um crioulo e uma africana liberta. Veríssimo do Rosário, que acompanhou sua mãe e seu padrasto naquele dia, também foi testemunha. Para a família, chegar a essa igreja requereu uma longa caminhada. Mas Matatu, onde compraram terra, estava no outro lado de Brotas, mais próximo ao centro da cidade e, provavelmente, pouco mais de uma hora, andando de sua residência em Santana.<sup>64</sup>

Todos os terrenos que a família comprou foram adquiridos da mesma vendedora, Marianna Gomes Pereira, viúva de um capitão que lhe deixou muitas propriedades. Nos anos 1830, a viúva liquidou uma grande parte de sua herança, vendendo mais de dez terrenos no Matatu, entre 1833 e 1839.<sup>65</sup> Uma de suas primeiras vendas foi à africana Maria do Rosário. Combinado o preço de 400\$000, em 27 de agosto de 1833, a compradora foi ao cartório, levando seu filho João Francisco, então um rapaz de vinte e dois anos, para assinar a seu rogo.<sup>66</sup> O terreno, com 19 braças de frente, era contíguo a um caminho que, alguns anos depois, passou a ser conhecido como a Estrada do Matatu. Quatro meses após, Florêncio também fez uma compra, pagando 125\$000 à viúva por um terreno bem menor, com apenas 5 braças de frente, mas também contígua ao caminho. Diferente dos seus irmãos, ela não sabia escrever, e quem assinou a escritura no seu lugar foi seu futuro marido, Marcellino Rodrigues Gomes.<sup>67</sup>

Ambos os terrenos eram extremamente compridos, medindo cerca de 140 braças de fundo. Eram bem próximos um do outro, separados apenas por uma estreita faixa de terra com 5 braças de frente. O dono,

<sup>64</sup> Anna Amélia Vieira Nascimento, *Dez freguesias da cidade do Salvador*, Salvador: Edufba, 2007, pp. 150-3; ACMS, Freguesia de Brotas, *Casamentos 1831-46*, fl. 8. Os noivos chamavam-se José de Souza Oliveira e Romualda Josefa de Santana.

<sup>65</sup> APB, *Livros de notas* n. 240, fls. 230v., 232 e 249v.; n. 240A, fl. 98v.; n. 243, fl. 92v.; n. 246, fls. 33v.-34; n. 253, fl. 89; n. 262, fl. 147; n. 268, fl. 140v.

<sup>66</sup> *Livro de notas* 240A, fl. 98v.

<sup>67</sup> *Livro de notas* 240, fls. 249v-250v.



Vicente Ferrer de Siqueiros, tinha adquirido a propriedade em 1833, também da mesma viúva. Maria do Rosário não demorou a perceber que o lógico era comprar esse terreno também. No dia 2 de abril de 1835, foi ao cartório, novamente com João Francisco, e pagou 105\$000 pela propriedade.<sup>68</sup> Com isso, a área total das terras da família somava 29 braças de frente e 140 de fundo. Em termos modernos, eram cerca de dois hectares.<sup>69</sup> O terreno era “montanhoso e insípido, com uma pequena baixa e brejo com uma caia de água nativa”. O alto declive dificultava o acesso e tinha muito mato. Anos depois, quando Maria do Rosário faleceu, já era uma roça bem cuidada, com árvores frutíferas de muitos tipos: coqueiros, jaqueiras, mangueiras, cajueiros, tamarindeiros e dendzeiros, entre outros. Havia ainda abacaxi e até uma pequena plantação de café.<sup>70</sup> As diversas frutas produzidas, provavelmente vendidas na cidade pelas escravas da família, certamente proporcionavam uma excelente fonte de renda. Havia também uma casa “de taipa coberta de telha, com três braças e meio de frente e cinco de fundo, composta de uma sala, cinco quartos e cozinha privada fora”.<sup>71</sup>

Essa descrição da propriedade, feita para o inventário de Maria do Rosário, não oferece informações sobre objetos, estruturas ou espaços associados com a religiosidade afro-brasileira, mas isso não surpreende. Os ritos africanos não eram aceitos pela sociedade brasileira como religiosos. Rotulados nos jornais como ofensivos à moralidade pública, eram perseguidos pela polícia.<sup>72</sup> Portanto, em documentos legais, os adeptos do candomblé procuravam esconder sua participação no culto a orixás, voduns e *nkisis*, para proteger a si mesmos e a suas famílias.<sup>73</sup> Mas, diante da memória de que Maria do Rosário fundou o terreiro, parece provável que, até sua morte, assentamentos a alguns orixás já existissem dentro da casa. Hoje, a estrutura física do barracão é dedicada a Oxumarê, orixá vinculado à serpente/arco-íris, de quem a proprietária

<sup>68</sup> *Livro de notas* 241, fls. 40v-41.

<sup>69</sup> Segundo o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, a *braça* era equivalente a aproximadamente 2,2 metros.

<sup>70</sup> APB, *Inventário de Gaspar Ferreira de Andrade*, fls. 9-10.

<sup>71</sup> APB, *Inventário de Gaspar Ferreira de Andrade*, fl. 8.

<sup>72</sup> Parés, *A formação do candomblé*, pp. 138-42.

<sup>73</sup> Oliveira, *O liberto*, pp. 71-2 e 90-6.





era devota. Com certeza, um de seus primeiros atos, ao estabelecer um espaço de culto, foi a criação de um assentamento, ou altar, para o “dono da sua cabeça”. A área do terreiro, como foi mencionado acima, é consagrada a Oxóssi. Num depoimento de 1984, Olga do Alaketu descreveu o assentamento original desse orixá caçador, que, segundo ela, estava localizado entre duas árvores de biriba e tinha “a mesma idade do terreiro”. A antiguidade do culto a essa divindade no terreiro é relembrada pelo fato de que sua festa abre o calendário religioso, sempre no dia 8 de maio.<sup>74</sup>

Como já foi mencionado, o marido de Otampê Ojaró, Babá Laji, aparece no mito fundador do terreiro como auxiliar de sua esposa na criação do espaço sagrado. Como vimos, Maria do Rosário teve relacionamentos com dois homens: o pai de Veríssimo, e Gaspar Ferreira de Andrade. Quando comprou o terreno em Matatu era casada com este último, há muitos anos, o que leva à conclusão de que ele seria a pessoa lembrada como Babá Laji. O nome “Laji”, seguramente, é a forma diminutiva, ou apelido, de um entre vários nomes iorubás que contêm o morfema *laji*, que significa “pessoa que nasce com nobreza ou honra”.<sup>75</sup> Segundo Olga do Alaketu, Babá Laji era consagrado a Oxalá, considerado o orixá mais velho do panteão iorubá. Embora seja cultuado no Alaketu, não tem a importância especial atribuída a Oxumarê e a Oxóssi. O nome iorubá do terreiro, Ilê Maroiá Laji, se fosse grafado utilizando-se a separação convencional de palavras da ortografia de iorubá, seria “Ilê Maro Iá Laji”. Isso ajuda a perceber que “Iá Laji” se refere à “esposa de Laji”; ou seja, Maria do Rosário. Embora o morfema “maro” seja mais difícil de decifrar, devido à falta de acentos indicando a tonalidade dos vocais, “ilê” significa casa. Fica evidente que, em parte, o nome significa à “casa da esposa de Laji”, o que sinaliza a atuação de Maria do Rosário na compra das propriedades, respaldando também a memória oral de que Otampê Ojaró tomava a frente em assuntos religiosos.<sup>76</sup>

<sup>74</sup> Régis, “Nação-Queto,” pp. 27-8.

<sup>75</sup> Elysée Soumonni, comunicação pessoal, 1/5/2011.

<sup>76</sup> Sobre Babá Laji, ver Silveira, “Sobre a fundação do terreiro,” p. 346. Agradeço a Félix Ayoh’ Omidire pela tradução do nome iorubá do terreiro (comunicação pessoal, 22/12/2010).



Em novembro de 1841, a família adquiriu mais duas propriedades, dessa vez, casas em Santana, Freguesia onde residia há décadas. A primeira, comprada no dia 2 de novembro por 880\$000, era na Rua do Genipapeiro, no distrito da Freguesia conhecida como a Saúde. Nessa mesma rua, o antigo amigo da família, Manoel Pereira Butrago, também tinha uma casa, como vimos acima. O novo imóvel dos fundadores do Alaketu, número 67 da porta, era uma casa térrea. A frente media 31 palmos e tinha “porta e janela, sala aberta e um sótão”. No fundo, havia um quintal.<sup>77</sup> Três dias depois, a família comprou outra casa, localizada na esquina do Beco da Agonia com a Rua do Genipapeiro, por 480\$000. Era também casa térrea, com um pequeno quintal no fundo. Tinha 23 palmos de frente, com porta e janela, sala aberta e dois quartos, “prestando-se a sala de jantar a servir de cozinha”.<sup>78</sup>

A compra dessas casas marcou um momento de transição na família, em relação à visibilidade das mulheres nos investimentos financeiros. Nos documentos relacionados aos escravos do casal, Maria do Rosário já aparecia muito mais do que seu marido: dos 14 cativos de quem encontrei registros, apenas dois foram identificados como escravos de Gaspar. Mais tarde, quando a família adquiriu a roça no Matatu, Maria do Rosário e Florêncio tomaram a frente. João Francisco e Marcellino Rodrigues Gomes aparecem, mas apenas assinam a rogo das mulheres. Na compra das casas em Santana, entretanto, os descendentes masculinos de Maria do Rosário e Gaspar exerceram papéis mais ativos. Simião assinou a escritura da casa no Genipapeiro, não a rogo da sua mãe, mas como comprador. Já a casa no Beco da Agonia foi comprada em nome de Marcellino Gomes do Sacramento, o filho de Florêncio, então com seis anos de idade e órfão da mãe. Nessa transação, o menino foi representado por seu tio e tutor, João Francisco Régis.<sup>79</sup>

Essa aparente mudança nas relações de gênero da família provavelmente aconteceu em resposta a circunstâncias externas. Após o levante de escravos, conhecido como a revolta dos malês, ocorrida em 25

<sup>77</sup> APB, *Livro de notas* 270, fl. 104v. Segundo o Aurélio, o palmo era uma antiga unidade de medida equivalente a aproximadamente 22 centímetros.

<sup>78</sup> APB, *Livro de notas* 381, fl. 104.

<sup>79</sup> APB, *Livro de notas* 272, fl. 190v.





de janeiro de 1835, uma das medidas repressivas implementadas contra africanos libertos foi uma lei que os proibiu de adquirir imóveis.<sup>80</sup> Quando Maria do Rosário comprou o segundo terreno no Matatu, em abril de 1835, escapou por muito pouco – a lei foi implementada no mês seguinte. Mas apenas africanos foram alvos da legislação e isso ofereceu uma saída para os que se tinham tornado pais no Brasil: registrar seus bens imóveis em nome dos filhos. Maria do Rosário e seu marido, quando compraram as propriedades em Santana, agiram como muitos outros que se aproveitaram dessa brecha na lei.<sup>81</sup> Mas, como Florêncio, a única filha que restava ao casal, morreu em 1837, só havia descendentes masculinos para ajudá-los dessa forma. Contudo, a presença oculta de Maria do Rosário na aquisição da casa no Beco da Agonia torna-se evidente através de um pequeno trecho na escritura, que informa que 300\$000, dos 480\$000 investidos na propriedade registrada em nome do menor Marcellino Gomes do Sacramento, vinham de sua avó materna.

Na década anterior, quando Maria do Rosário e Florêncio compraram suas terras no Matatu, Manoel Butrago também resolveu adquirir propriedade no local. Em 15 de abril de 1834, pagou 100\$000 por um terreno adjacente. A vendedora foi a mesma viúva, Marianna Gomes Pereira. Pela frente, o terreno de Butrago media apenas 4 braças, mas, como os outros, tinha 140 de fundo.<sup>82</sup> Em janeiro de 1850, o amigo da família, já velho, viúvo e aparentemente sem herdeiros, cedeu seu terreno a Maria do Rosário, com uma condição: que ele pudesse ficar morando lá, no casebre de taipa que tinha construído no lugar, até sua morte, quando Maria do Rosário se responsabilizaria por seu funeral e enterro.<sup>83</sup> Esse gesto de confiança, em relação aos cuidados espirituais durante a passagem do mundo dos vivos para o além, sugere que Manoel Pereira Butrago, além de amigo da família, também tivesse algum envolvimento na comu-

<sup>80</sup> João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil*, p. 499; Oliveira, *Os libertos*, p. 40.

<sup>81</sup> Sobre outros libertos que contornaram a lei dessa forma, ver João José Reis, *Domingos Sodré*, pp. 244-5; Castillo e Parés, “Marcelina da Silva e seu mundo”, pp. 130-2; e Wlamyra Albuquerque, *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 59 e 196.

<sup>82</sup> APB, *Livro de notas* 246, fl. 34.

<sup>83</sup> APB, *Livro de notas* 294, fl. 25. Após esta compra, Butrago vendeu sua casa na Rua do Genipapeiro: *Livro de notas* 303, fl. 89.



nidade religiosa, já certamente estabelecida na roça no Matatu. Também serve como ainda outro apoio para a memória oral de que Maria do Rosário, não seu marido, liderava a comunidade religiosa.

### Mortes na família

O destino não permitiu que Maria do Rosário cumprisse sua parte do contrato com Manoel Butrago. No dia 26 de agosto de 1850, poucos meses depois de lavrar em cartório a transferência daquela propriedade, Maria do Rosário morreu de repente. A causa da morte, segundo o registro de óbito, foi “apoplexia”, ou seja, um derrame.<sup>84</sup> A procissão funerária, acompanhada por 4 padres e um sacristão, partiu do Convento de São Francisco em direção à Igreja do Rosário dos Pretos das Portas do Carmo, onde Maria do Rosário foi enterrada. Isto sugere que a falecida era irmã dessa confraria, de que também participavam seus filhos Simião Estillita dos Reis e João Francisco Régis.<sup>85</sup>

Apenas um ano após a morte da matriarca, seguiram-na dois outros membros da família. Em 8 de outubro de 1851, morreu o viúvo de Florêncio, Marcellino Rodrigues Gomes. Como no caso da sua sogra, a morte chegou sem aviso prévio. Na hora do seu falecimento, Marcellino estava no Seminário dos Órfãos, uma instituição de caridade que abrigava não só órfãos, mas também crianças abandonadas, e os preparava nos ofícios mecânicos.<sup>86</sup> O Seminário se localizava na Freguesia dos Mares, cinco quilômetros do centro da cidade. Entre as despesas pagas

<sup>84</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Óbitos 1847-64*, fl. 87. Após a morte de Maria do Rosário, aparentemente Manoel Butrago não quis transferir o acordo a outra pessoa da família. Em 1852, vendeu a propriedade à outra família de libertos. APB, *Livro de notas* 303, fl. 89v.

<sup>85</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Óbitos 1847-64*, fl. 87; AIRP, Caixa 8, Documento 3, Livro de Irmãos 1850-76. Nesse livro, só constam homens. Em outra lista de irmãos, de ambos os sexos e evidentemente das primeiras décadas do século XIX, encontrei o nome de Florêncio do Sacramento: Lista de irmãos, s/d, caixa 10, documento 9. Nessa lista há pelo menos dez Marias do Rosário, das quais uma provavelmente foi a fundadora do Alaketu. Sobre procissões fúnebres, ver João José Reis, *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>86</sup> Para mais informação sobre a história dessa instituição pioneira, fundada em 1799 e existindo ainda hoje, ver Alfredo Eurico Rodrigues Matta, *Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim: de recolhido a assalariado*, Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 1999.



pela família para o funeral, estava a de “seis guardas que conduziram o corpo do Seminário dos Órfãos ao Convento de São Francisco”, no Pelourinho.<sup>87</sup> Não encontrei menção do motivo por que Marcellino estava lá, mas, dada sua participação na Sociedade Protetora dos Desvalidos, outra entidade com uma missão filantrópica, podemos imaginar que ele colaborasse, de alguma maneira, com o trabalho do Seminário dos Órfãos. Já que sua profissão era sapateiro, é possível que atuasse como mestre dessa oficina.

Talvez por causa do seu trabalho na Sociedade Protetora dos Desvalidos, Marcellino tinha uma ampla rede social e acumulava pelo menos cinco afilhados, a maioria deles escravos: quatro crianças crioulas e um africano adulto.<sup>88</sup> Contudo, nunca alcançou o sucesso financeiro de seus sogros. Quando morreu, não tinha bens materiais e devia 100\$000 aos seus sogros, o que talvez ajude a explicar por que o terreno que Florêncio comprou em 1833 reverteu a seus pais em algum momento após sua morte.<sup>89</sup> João Francisco, que tomou a frente na organização do funeral e do enterro do seu cunhado, arcou ainda com as despesas, que somavam a 57\$120. Ele também assumiu responsabilidade por seu sobrinho, Marcellino Gomes do Sacramento, já um rapaz de dezessete anos e aprendiz de marceneiro.<sup>90</sup>

Duas semanas depois da morte de Marcellino, o pai, foi a vez do seu sogro. Nesse caso, era mais previsível. Gaspar, já muito idoso, faleceu de “moléstias habituais”.<sup>91</sup> A procissão fúnebre saiu da Freguesia de Santana para o Convento de São Francisco, no Curato da Sé. Enquanto o cortejo de Maria do Rosário tinha sido acompanhado por quatro padres, o de Gaspar teve apenas um pároco e um sacristão.<sup>92</sup> João

<sup>87</sup> APB, *Inventário de Gaspar Ferreira de Andrade*, fl. 24. O custo foi de 6\$000.

<sup>88</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Batizados 1821-30*, fls. 174v., 184v., 231v.; 1830-48, fl. 167v.; Freguesia de São Pedro, *Batizados 1824-26*, fl. 44.

<sup>89</sup> APB, *Inventário de Gaspar Ferreira de Andrade*, fl. 8.

<sup>90</sup> APB, *Inventário de Gaspar Ferreira de Andrade*, fls. 22-7, 50-50v. e 52-52v. Os recibos incluem despesas de 16\$000, para a armação, 8\$120, com velas e objetos semelhantes, 8\$000, com música, 3\$000 para a mortalha, e 16\$000 para o sepultamento na Igreja do Convento de São Francisco.

<sup>91</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Óbitos 1847-64*, fl. 137v.

<sup>92</sup> APB, *Inventário de Gaspar Ferreira de Andrade*. Entre as despesas do funeral de Gaspar, havia 20\$000 para a armação, 15\$120 de velas e outros objetos, e 8\$000 em música.



Francisco, como inventariante, mandou rezar cinco missas na Igreja do Convento do São Francisco pela alma do seu pai e também uma missa de sétimo dia, ou oitavário, na mesma igreja. No total, a família despendeu quase 80\$000 no funeral.<sup>93</sup>

Em menos de um ano, a morte bateu novamente à porta da família, levando Veríssimo do Rosário, em 27 de julho de 1852. Diferente do resto da família, que morava em Santana, ele residia na roça no Matatu e lá estava quando a morte chegou.<sup>94</sup> Levaram o defunto até o Convento de São Francisco, onde foi sepultado, com duas missas rezadas por sua alma. O falecido não tinha bens próprios e, como vimos acima, Gaspar não o incluiu como herdeiro. Mas, de sua mãe, Veríssimo herdou uma terça da casa na Rua do Genipapeiro. As despesas do seu funeral, que somaram 75\$000, só um pouco menos que o de Gaspar, foram quitadas da sua terça da casa no Genipapeiro. O que sobrou foi remetido a João Francisco, Simião e Marcellino, o filho.<sup>95</sup>

O Convento de São Francisco, onde esses membros da família foram enterrados, abrigava as Irmandades de Santa Efigênia e de São Benedito, este último uma das mais importantes confrarias negras da cidade.<sup>96</sup> Simiana, a filha de Maria do Rosário e Gaspar, que morreu em 1818, foi enterrada no Convento de São Francisco, como também Josefa, a filha de Florêncio, em 1837. O sepultamento nessa igreja de tantas pessoas do núcleo familiar sugere que os fundadores do Alaketu eram envolvidos nas confrarias ali localizadas. Contudo, a única pessoa de

<sup>93</sup> APB, *Inventário de Gaspar Ferreira de Andrade*, fls. 16-21.

<sup>94</sup> ACMS, Freguesia de Brotas, *Óbitos 1841-58*, fl. 171; APB, *Inventário de Veríssimo do Rosário*, 5/161/2086/6, fl. 10.

<sup>95</sup> APB, *Inventário de Veríssimo do Rosário*, fls. 4-12 e 23-6. Os recibos mostram, entre outras coisas, 6\$000 para a confecção da mortalha, 30\$000 com armação e o transporte do cadáver da roça para a cidade, e 14\$000 com música.

<sup>96</sup> Sobre irmandades negras na Bahia, ver João José Reis, “Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão”, *Tempo*, v. 2 n. 3 (1996), pp. 7-33; Oliveira, *Os libertos*, cap. 3; Lucilene Reginaldo, “Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista” (Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2005), cap. 5; e Silveira, *O candomblé da Barroquinha*, cap. 4. Sobre a história das irmandades de Santa Ifigênia e São Benedito no Brasil, ver Anderson Oliveira, “A santa dos pretos: apropriações do culto de Santa Efigênia no Brasil Colonial”, *Afro-Ásia*, n. 35 (2007), pp. 237-62, e Soares, *Devotos da cor*.





A igreja do Convento de São Francisco, onde membros da família foram enterrados, abrigava as irmandades de Santa Efigênia e de São Benedito, este último uma das mais importantes confrarias negras da cidade.  
Postal. s. t., [Bahia], [c. 1920]. Agradeço a imagem ao Caravelas - Núcleo de Estudos da História da Música Luso-Brasileira

quem consegui descobrir com certeza vínculos foi João Francisco Régis, que, no seu testamento, informou que participava, além da Sociedade Protetora dos Desvalidos e a Irmandade do Rosário, das irmandades de Santa Ifigênia, de São Benedito e do Senhor dos Martírios.<sup>97</sup>

Os registros de óbito e os inventários *post mortem* da família que fundou o terreiro do Alaketu são ricos em informações sobre os preceitos católicos realizados após as mortes dos fundadores e seus filhos, mas não trazem à luz esclarecimentos semelhantes sobre os ritos de axexê que, seguramente, também aconteceram. Entretanto, como Ma-

<sup>97</sup> APB, *Testamento de João Francisco Régis*, fl. 5v. Gaspar, no seu testamento, pediu que “as minhas irmandades” fizessem parte do seu funeral, sem, entretanto, elucidar seus nomes: APB, *Inventário de Gaspar Ferreira de Andrade*, fl. 4.



ria Inês Cortes de Oliveira mostra, era muito raro que um testador africano assumisse um desejo de ritos fúnebres não católicos, devido ao preconceito social contra os costumes africanos, como já assinalei, mas isso não significa que não aconteciam.<sup>98</sup> Por outro lado, no caso dos fundadores do Alaketu, evidentemente ser fiel à religião africana não implicava numa rejeição categórica do catolicismo. Os bens de Maria do Rosário incluíam vários objetos de devoção católica, como um rosário de ouro, um crucifixo de prata e um oratório de cedro pintado, contendo dez ícones católicos, entre eles, duas imagens de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Bahia, duas de Santana, padroeira da freguesia onde a família morava, e uma de Nossa Senhora do Rosário, padroeira da irmandade negra em cuja igreja Maria do Rosário foi sepultada.<sup>99</sup> A posse de tantos objetos do culto católico, bem como o dinheiro investido, ao longo dos anos, em casamentos e ritos fúnebres católicos, além da participação em irmandades negras, sugerem um envolvimento mais profundo do que mera dissimulação “para inglês ver”.<sup>100</sup>

Após a morte de Maria do Rosário, a roça no Matatu, onde o terreiro funcionava, foi para o quinhão de Gaspar. Quando ele fez seu testamento, um ano depois da morte da sua mulher, expressou o desejo de que o herdeiro da roça fosse seu filho João Francisco Régis, “pelos muitos obséquios que tem feito e grande zelo que tem tido da minha pessoa”.<sup>101</sup> A roça no Matatu, junto com a casa que nela havia, eram os únicos bens de valor que lhe restavam, e a propriedade foi dividida entre os dois irmãos, com João Francisco recebendo a parte maior.

<sup>98</sup> Cf. Oliveira, *Os libertos*, p. 95-96. Uma exceção rara se encontra no inventário da africana liberta Marcelina da Silva, ilorixá da Casa Branca por boa parte do século XIX. Uma briga entre sua filha e o viúvo, sobre a herança, os levou a trocar acusações sobre participação nas práticas religiosas afro-brasileiras, através de depoimentos anexados ao inventário. Ver Castillo e Parés, “Marcelina da Silva e seu mundo”, pp. 142-5.

<sup>99</sup> APB, *Inventário de Gaspar Ferreira de Andrade*, fls. 10-10v.

<sup>100</sup> Outros africanos libertos, apesar de grande envolvimento na sua religião ancestral, também colecionavam ícones católicos, como o babalaô Domingos Sodré: João José Reis, *Domingos Sodré*, pp. 279-82. Sobre a participação paralela nas religiões afro-brasileiras e no catolicismo contemporâneo, ver Vilson Caetano de Sousa Junior, *Orixás, santos e festas: encontros e desencontros do sincretismo afro-católico na cidade de Salvador*, Salvador: Eduneb, 2003; Sérgio Ferretti, *Repensando o sincretismo*, São Paulo: Edusp, 1995.

<sup>101</sup> APB, *Inventário de Gaspar Ferreira de Andrade*, fl. 4v.



## Os últimos escravos da família: paradoxos e ambiguidades nos laços senhoriais

O testamento de Gaspar, elaborado em 1850, após a morte de Maria do Rosário, registra seu desejo de um funeral sem pompa. O valor gasto, cerca de 80\$000, talvez fosse mais modesto do que outros funerais da época, mas as despesas com música, armação e velas sugerem que João Francisco Régis, seu inventariante, não seguiu ao pé da letra as últimas vontades do seu pai.<sup>102</sup> Talvez tivesse investido mais ainda, mas, apesar de seu estilo de vida privilegiado, a família aparentemente não tinha muito dinheiro em espécie, o que tornava difícil lidar com despesas inesperadas. Quando Gaspar morreu, faltou dinheiro para cobrir os gastos com o funeral e tornou-se necessário um empréstimo urgente. A ajuda veio do lado aparentemente menos provável: Efigênia, escrava da família há três décadas e uma das duas cativas que ainda possuía, tinha um pecúlio e emprestou 50\$000 a seus senhores moços. Um ano depois, a dívida estava ainda em aberto e Efigênia reivindicou sua liberdade, argumentando que não foi a primeira vez que tinha emprestado dinheiro à família e que as dívidas tinham que ser quitadas do seu valor, avaliado no inventário em 150\$000.

Diz Efigênia Nagô, escrava do falecido Gaspar Ferreira de Andrade, que est[e] em sua vida carecendo dinheiro para casar-se tomou à Supp. por conta da sua Liberdade a quantia de 50\$000, e da presente vindo a morrer, o herdeiro seu filho João Francisco Régis, carecendo de dinheiro para o funeral, também tomou à Supp. outros 50\$000, o que tudo consta dos recibos juntos, porque a Supp. tem pessoa compadecida que lhe empresta o resto do seu valor para puder conseguir sua liberdade.<sup>103</sup>

Segundo Efigênia, era a segunda vez que emprestava dinheiro à família, e anexou os recibos para comprová-lo. O fato de uma escrava ser credora dos seus senhores já surpreende, mas outro aspecto interessante é que ela os amparou em momentos-chave, possibilitando a realização de importantes ritos sociais. Quando Maria do Rosário e Gaspar

<sup>102</sup> Sobre os gastos de funerais, ver Reis, *A morte é uma festa*, cap. 9.

<sup>103</sup> APB, *Inventário de Gaspar Ferreira de Andrade*, fl. 28.



se casaram, em 1818, haviam passado apenas dois anos desde o batismo da escrava, mas ela já tinha acumulado dinheiro suficiente para lhes emprestar 50\$000, um valor significativo naqueles tempos. Segundo ela, no acordo feito com seus senhores, a hipoteca era a sua carta de liberdade, mas pergunta-se por que, se conseguiu acumular a primeira prestação tão rapidamente, se passaram três décadas até a morte de ambos os seus senhores, para a segunda? É possível que sua situação financeira tivesse piorado. Por outro lado, talvez sua liberdade tivesse deixado de ser uma prioridade imediata, devido a algum laço afetivo que a prendia a seus senhores, como algum envolvimento na comunidade religiosa.

No inventário de Gaspar, Efigênia foi descrita como “de serviço de enxada”, ou seja, trabalhava na lavoura, passando, provavelmente, longos períodos na roça. Já que o terreiro foi instalado lá, isso certamente favorecia a participação no culto aos orixás.<sup>104</sup> Vale a pena constatar que, hoje, o Alaketu é o único terreiro da Bahia que preservou o culto do Orixá Okô, padroeiro da agricultura. Talvez essa manutenção seja relacionada à antiga justaposição dos espaços rituais e agrícolas.

Qualquer que tenha sido a verdadeira função de Efigênia no terreiro, quando pleiteou sua alforria, os três herdeiros de Gaspar – João Francisco, Simião e Marcellino júnior – lhe deram razão, e ela se tornou liberta.<sup>105</sup> Nessa altura, a única outra escrava da família era Maria Antônia. Era nagô, como Efigênia, mas muito mais nova – “ainda moça”, na opinião do avaliador dos bens de Maria do Rosário, que estimou seu valor em 450\$000. Na partilha, Maria Antônia foi para o quinhão de João Francisco.<sup>106</sup> Essa escrava era amasiada com um nagô liberto, de

<sup>104</sup> Há outros casos de escravos de africanos que faziam parte das comunidades religiosas afro-brasileiras dos seus senhores. Marcelina da Silva, segunda iálorixá da Casa Branca, foi escrava da fundadora do terreiro, Iyá Nassô. Depois de assumir a liderança do terreiro, Marcelina também passou a ser senhora de escravos, alguns dos quais parecem ter participado das atividades religiosas: Lisa Earl Castillo, “Entre memória, mito e história: viajantes transatlânticos da Casa Branca,” no prelo.

<sup>105</sup> A escrava Gertrudes, alforriada por Maria do Rosário em 1836, com a condição de servir a Florêncio, era liberta desde 1837, quando Florêncio faleceu, mas numa relação de escravos africanos de Santana, feita por volta de 1849, Gertrudes consta ainda como escrava da família. Ela só registrou sua carta em cartório em 1851, depois da morte de Gaspar: APB, *Livro de notas* 303, fl. 10v.; Série escravos, Assuntos 1829-87, maço 2898, *Mapa de escravos africanos da Freguesia de Santana*.

<sup>106</sup> APB, *Inventário de Gaspar Ferreira de Andrade*, fl. 12.





nome Romão, com quem, nos anos a seguir, teve três filhos, Izabel, Apolônia e Bonifácio. Em 1858, Maria Antônia comprou sua liberdade, pagando a João Francisco 1:450\$000 – três vezes o valor por que foi avaliada no inventário de Maria do Rosário, um aumento muito mais alto que a inflação nos preços de escravos naquele período.<sup>107</sup>

Com filhos pequenos ainda no cativeiro, Maria Antonia permaneceu amarrada a João Francisco, apesar da sua própria liberdade, mas nessa altura não morava com o senhor; residia com o pai de seus filhos, na Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. Ela era ganhadeira e Romão, mecânico. Em 1860 e 1862, respectivamente, tiveram mais duas filhas, Leonídia e Francisca.<sup>108</sup> É significante que os padrinhos não fossem escolhidos na família dos ex-senhores de Maria Antônia, o que sugere certa frieza nas relações, talvez decorrente das negociações sobre a liberdade de sua família.

Como vimos acima, João Francisco, no seu testamento, feito em 1857, concedeu alforria a Izabel e Apolônia, mas com a condição de continuarem servindo a Zeferina Damásia.<sup>109</sup> Esta, entretanto, morreu em 1859, antes de João Francisco Régis. Em julho de 1863, quando Izabel tinha cerca de doze anos, João Francisco lhe concedeu uma carta definitiva, cobrando, porém, mais uma vez, um preço nada barato: 575\$000.<sup>110</sup> Nessa altura, Maria Antonia e Romão já pensavam em deixar o Brasil pela África e, em abril do ano seguinte, solicitaram passaportes para si mesmos e para três de seus cinco filhos: Leonídia, Francisca e Izabel.<sup>111</sup>

A família de Maria Antônia, já dividida pela escravidão, passou a ser separada também pelo oceano. Apolônia e Bonifácio, ainda sob o

<sup>107</sup> APB, *Livro de notas* 338, fl. 76v. O preço médio de uma escrava durante este período foi entre 695 e 1.004 mil réis: Kátia de Queirós Mattoso *et alii*, “Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforria na Bahia, 1819-88”, in João José Reis (org.), *Escravidão e a invenção da liberdade* (São Paulo, Brasiliense, 1988), pp. 60-72.

<sup>108</sup> APB, Maço 6332, *Correspondência recebida sobre passaportes*, 1864.

<sup>109</sup> APB, *Inventário de João Francisco Régis*, fl. 4v. Quando João Francisco elaborou esse documento, Bonifácio não tinha nascido ainda.

<sup>110</sup> APB, *Livro de notas*, 370, fl. 102. Segundo Mattoso *et allii*, o preço médio para uma escrava criança, para este período, era entre 346 e 212 mil réis. “Notas sobre as tendências”, p. 70.

<sup>111</sup> APB, Maço 6332, *Pólicia, Correspondência recebida sobre passaportes*, 1864.



domínio de João Francisco, não podiam viajar. Em princípio, Apolônia devia ter-se tornado liberta alguns anos depois da viagem de sua mãe, com a morte de João Francisco Régis em 1867, mas, na prática, permaneceu cativa até 1878, quando José Gonçalo, herdeiro de João Francisco, finalmente lhe deu a sua carta de liberdade. Nesse documento, não há nenhuma referência à alforria prometida tantos anos atrás; consta apenas que foi concedida gratuitamente, pelos bons serviços. Bonifácio, porém, nem foi agraciado com alforria tardia. Em 1869, aos dez anos de idade, foi vendido por 400\$000.<sup>112</sup>

Na historiografia sobre as relações entre senhores e escravos na diáspora africana nas Américas, os aspectos raciais dos desequilíbrios de poder constituem um pressuposto implícito, por motivos óbvios: o branco não era escravizado e o africano e seus descendentes, além de serem reduzidos ao cativeiro, foram cultural e racialmente discriminados. Mas está-se acumulando evidência que, no Brasil, existia uma pequena, mas significativa, elite negra que investia seu capital em propriedade escrava, assim como em imóveis.<sup>113</sup> Como vimos, os fundadores do terreiro do Alaketu fizeram parte desse grupo. A existência dessa categoria de senhores, que, diferente do paradigma convencional, compartilhavam uma origem racial ou às vezes étnica com seus cativos, levanta questões sobre as dinâmicas de poder nesses casos. Certamente, os das escravas Efigênia e Maria Antônia sugerem a existência de ambiguidades nas relações com seus senhores. O caso da primeira sugere a possibilidade de laços amigáveis, mas na situação de Maria Antônia e seus filhos é muito claro que existiam conflitos. Evidentemente, no seu caso pelo menos, desigualdades de poder, inerentes à relação entre senhor e escravo, ultrapassaram solidariedades raciais.

Não encontrei evidência de investimentos em mão de obra escrava por João Francisco: ele apenas ficou com Maria Antônia, que herdou, e os filhos que ela teve no cativeiro. Mas, apesar de não procurar aumentarativamente a sua propriedade escrava, as interações de João

<sup>112</sup> APB, *Livro de notas* 587, fl. 15; Arquivo Municipal de Salvador, *Registros de compra e venda de escravos da freguesia de Santana, 1868-69*, v. 12, fl. 17v.

<sup>113</sup> De 482 libertos em Salvador que deixaram testamentos entre 1790 e 1890, 239 declararam ter algum imóvel e 303 possuíam pelo menos um escravo: Oliveira, *O liberto*, pp. 35-43.



Francisco Régis com seus cativos indicam que ele não tinha tendências abolicionistas. Por outro lado, durante a última década da vida de João Francisco, essa causa era ainda incipiente, na Bahia.<sup>114</sup> Hoje em dia, a irmandade em que ele era mais envolvido, a Sociedade Protetora dos Desvalidos, é lembrada como uma junta de alforria, mas, naqueles tempos, tinha vários sócios, que eram senhores de escravos.<sup>115</sup> Feliciano Primo Ferreira, que fez parte da diretoria, de 1852 até 1854, e era amigo de João Francisco, tinha pelo menos um escravo.<sup>116</sup> Manoel José d'Etra, primeiro secretário em 1844, além de possuir escravos, fazia parte das redes sociais de dois africanos libertos, Antônio Xavier de Jesus e Manoel Joaquim Ricardo, que além de possuírem numerosos cativos, também eram importadores de escravos africanos durante o período ilegal do comércio negreiro.<sup>117</sup> Como estudiosos da história da Sociedade Protetora dos Desvalidos já assinalaram, a instituição, além de ter a missão de cuidar do bem-estar dos seus sócios, também funcionava como uma “agência de prestígio”. Um dos indícios desse prestígio na sociedade escravocrata era a posse de cativos. Talvez seja nesse sentido que podemos compreender a participação, naquela entidade, de senhores de escravos, entre eles João Francisco Régis.<sup>118</sup>

### **João Francisco Régis e seu irmão após a morte dos pais**

Na partilha dos bens de Gaspar, a casa da roça e a maior parte das terras no Matatu ficaram com João Francisco, mas seu irmão, Simião

<sup>114</sup> Sobre o movimento abolicionista na Bahia, ver Reis, *A família negra*, cap. 4.

<sup>115</sup> Ver, por exemplo, Braga, *Sociedade Protetora*, p. 23; e Yeda Pessoa de Castro, “Dimensão dos aportes africanos no Brasil”, *Afro-Ásia*, n. 16 (1995), pp. 24-35, esp. p. 26.

<sup>116</sup> APB, *Livro de notas* 393, fl. 74.

<sup>117</sup> Entre 1843 e 1846, Manoel Jose d'Etra foi padrinho de três filhos de Manoel Joaquim Ricardo, e, em 1844, de uma filha de Antonio Xavier de Jesus. ACMS, Freguesia da Conceição da Praia, *Batizados 1834-44*, fls. 160 e 195; e *Batizados 1844-89*, fls. 1v. e 29v. Sobre a relação entre d'Etra e Manoel Joaquim Ricardo, ver Reis, *Domingos Sodré*, pp. 231-5; sobre Antonio Xavier de Jesus, ver Verger, *Os libertos*, pp. 55-61; e Reis, *Domingos Sodré*, pp. 264-6.

<sup>118</sup> Havia também outros casos de dirigentes de juntas de alforria que também possuíam escravos. O africano liberto Domingos Sodré, senhor de pelo menos seis escravos, chefiava uma delas nas décadas de 1850 e 1860. Ver Reis, *Domingos Sodré*, pp. 205-11, 221-2 e *passim*.



Estillita dos Reis, também recebeu uma parte. A sentença da partilha não quantifica o tamanho, mas, em 1854, Simião vendeu duas parcelas de terras no Matatu, “que lhe tocaram por herança do seu falecido pai, Gaspar Ferreira de Andrade”.<sup>119</sup> Ambos os terrenos, vendidos por 160\$000 cada, mediam 4 braças de frente, mas as escrituras não especificam a medida lateral. Logo após fechar a segunda venda, comprou uma casa na Freguesia de Santana, na Rua do Jogo do Carneiro, por 1:200\$000. Esse investimento evidentemente excedeu a suas condições financeiras, pois, no ano seguinte, vendeu a casa, imediatamente comprando outro terreno no Matatu por apenas 150\$000.<sup>120</sup> A nova propriedade aparentemente não era sua moradia, pois, em 6 de março de 1856, quando Simião casou com sua companheira de longo tempo, a ganhadeira Maria Magdalena, os dois “gravemente enfermos”, consta no registro que a cerimônia aconteceu na sua residência, na Freguesia de Santana. Quando casaram, os nubentes já tinham um filho de cerca de vinte anos, José Thomas.<sup>121</sup>

Após o casamento, a saúde da noiva melhorou e ela ainda viveu mais duas décadas, morrendo apenas em 1884.<sup>122</sup> Seu marido também sobreviveu à doença aguda que os levou a casar, mas morreu em 1865, de “ataques de ureter”, provavelmente cálculos renais.<sup>123</sup> Nos anos que transcorreram até então, Simião vivia numa precariedade financeira. Segundo os registros da Irmandade do Rosário, desde o início da década de 1850, não pagava mais as mensalidades. Talvez para ajudar, em 19 de agosto de 1857, João Francisco comprou sua parte da casa no Genipapeiro, pagando 333\$333, um terço do valor total que consta na partilha de Maria do Rosário. Alguns anos depois, em 1862, Maria Magdalena Estillita dos Reis vendeu por 200\$000 o terreno no Matatu.<sup>124</sup>

<sup>119</sup> APB, *Livros de notas* n° 309, fl. 172 e n. 318, fl. 48.

<sup>120</sup> APB, *Livro de notas* n° 315, fl. 127v.; n. 322, fl. 40; e n. 321, fl. 137v.

<sup>121</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Casamentos 1819-73*, fl. 155. Não pude localizar o registro de batismo de José Thomas, mas ele consta como maior de idade no inventário de João Francisco, que começou no fim de 1867, o que significa que teria nascido em 1846, ou antes. APB, *Inventário de João Francisco Régis*, fl. 1.

<sup>122</sup> ACMS, Freguesia de Brotas, *Óbitos 1882-91*, fl. 8.

<sup>123</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Óbitos 1864-76*, fl. 14v.

<sup>124</sup> APB, *Livro de notas* 332, fl. 52.





Se a situação econômica de João Francisco tinha sido mais estável que a de Simião, em 1858 também passou a precisar de dinheiro líquido, vendendo por 40\$000 uma braça do terreno da roça no Matatu e, em seguida, vendendo a liberdade a Maria Antônia, como já vimos, cobrando muito caro. Em 1863, vendeu a alforria da filha de Maria Antônia, Izabel, também por um valor apreciável.<sup>125</sup>

Foi nesse período que João Francisco Régis, homem de prestígio social e membro de cinco irmandades religiosas, passou a ter dificuldades em cumprir suas obrigações financeiras para com elas. Em abril de 1864, foi suspenso da Sociedade Protetora dos Desvalidos, por faltar às reuniões e atrasar no pagamento de mensalidades por mais de seis meses.<sup>126</sup> Após receber a notícia, João Francisco compareceu à reunião de 22 de maio de 1864, para se defender, alegando que “andava adoentado” e que a suspensão era injusta, porque não tinha sido avisado de que pretendiam tomar essa medida.<sup>127</sup> O presidente, Manoel Leonardo Fernandes, não foi convencido, retrucando que “a lei não manda avisar ao sócio atrasado” e observando que João Francisco possuía uma cópia do estatuto e bem podia tê-lo consultado.

Vários sócios tomaram a parte do presidente. Um reclamou que tinha visto João Francisco há pouco tempo na Igreja de São Francisco e que, nesse dia, “eu lhe disse que era dia de sessão, e o Senhor não vinha, responda-me!”. Outro afirmou que um aviso foi mandado a ele através de um aprendiz do seu sobrinho, evidentemente referindo-se ao filho de Florêncio, Marcellino Gomes do Sacramento, que já era sócio da entidade também. Mas João Francisco protestou, dizendo que não tinha recebido a mensagem. Finalmente, após uma longa discussão, a diretoria decidiu que, se ele colocasse suas contas em dia, a suspensão seria anulada, pois “se [o] botasse para fora, no final é com prejuízo da Sociedade”.<sup>128</sup>

<sup>125</sup> APB, *Livro de notas* n° 338, fl. 71; n. 338, fl. 76v.; e n° 370, fl. 102.

<sup>126</sup> Sociedade Protetora dos Desvalidos, *Ata da reunião de 17/04/1864*, transcrita em Oliveira, *Negros e Escrita*, p. 592. Na mesma lista constam os nomes de onze outros sócios, também suspensos.

<sup>127</sup> Sociedade Protetora dos Desvalidos, *Ata da reunião de 22/05/1864*, transcrita em Oliveira, *Negros e Escrita*, p. 592.

<sup>128</sup> Sociedade Protetora dos Desvalidos, *Ata da reunião de 22/05/1864*, transcrita em Oliveira, *Negros e Escrita*, pp. 602-7.



Nesse período, quando João Francisco estava atribulado por questões financeiras e de saúde, tornou-se avô. Em 27 de março de 1864, poucas semanas antes da sua suspensão da Sociedade Protetora dos Desvalidos, participou do batismo de Dionísia, filha do seu filho mais velho, José Gonçalo Francisco Régis e de sua esposa, Silvéria Clemência de Jesus Régis. No dia do batismo, Dionísia estava com cinco meses e meio de idade. Sete décadas depois, essa mesma Dionísia, já uma das ialorixás mais antigas da cidade de Salvador, convidaria Edison Carneiro e outros intelectuais do II Congresso Afro-Brasileiro a assistirem a uma cerimônia no seu terreiro. No registro de batismo de Dionísia, consta que a cerimônia se deu na Igreja Matriz de Santana, e que o padrinho foi seu avô paterno, João Francisco Régis, enquanto a madrinha foi “Nossa Senhora, cuja coroa tocou Marcellino Gomes do Sacramento”, o primo em segundo grau da batizada. José Gonçalo e Silvéria tiveram mais quatro filhos, o mais novo dos quais, batizado em 27 de julho de 1873, era João Nepomuceno, que, em 1925, se tornou avô de uma menina chamada Olga, consagrada aos orixás Iansã e Iroko. Em 1948, aos 23 anos, Olga substituiu sua tia-avô Dionísia, já debilitada pela velhice, na liderança do Alaketu.<sup>129</sup>

Retornando a João Francisco Régis, no mesmo ano em que foi suspenso pela Sociedade Protetora dos Desvalidos, também começou a se atrasar nos pagamentos à Irmandade do Rosário dos Pretos e, a partir de junho de 1866, não pagava mais essas mensalidades.<sup>130</sup> Não encontrei informações que esclarecessem a doença de que sofria, mas parece que foi prolongada. No seu inventário, constam recibos de dez consultas médicas e dezessete visitas feitas ao paciente em casa.<sup>131</sup> Também constam recibos de vendedores, acumulados ao longo de 1866

<sup>129</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Batizados 1829-68*, fl. 379; *Batizados 1865-78*, fls. 15v., 45, 95 e 180v. Os demais filhos do casal, Estevão, Cláudia e Fernando, não aparecem em outros registros. Sobre a sucessão de Dona Olga, morreram na infância: Machado e Xidié, “Olga do Alaketu”, p. 103. Sobre a sucessão de Dona Olga, ver Braga, “Candomblé: cidade das mulheres e dos homens”, trabalho apresentado durante concurso para professor titular, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010.

<sup>130</sup> AIRP, *Livro de irmãos*, 1850-76, fls. 66 e 69; APB, *Inventário de João Francisco Régis*, fl. 25.

<sup>131</sup> APB, *Inventário de João Francisco Régis*, fls. 23-4.





e 1867, alguns de comida, mas muitos mais de cerveja, vinho e cachaça. Isto levanta a possibilidade de que seu problema de saúde, mesmo que não fosse o resultado direto de alcoolismo, talvez tenha sido agravado pelos efeitos colaterais da bebida. Em 26 de setembro de 1867, João Francisco Régis faleceu aos 57 anos de idade, “de moléstia interna”.<sup>132</sup>

Os seus filhos gastaram quase 300\$000 com o funeral, mas, mesmo assim, depois do pagamento dessas despesas e de mais 150\$000 em dívidas, o valor dos bens ainda era 1:632\$254.<sup>133</sup> O patrimônio era constituído principalmente pela casa do Genipapeiro, avaliada em 1:200\$000, e a roça, em 1:126\$000.<sup>134</sup> A casa na cidade foi para seu filho caçula, Firmino Jacob, enquanto José Gonçalo, o mais velho, herdou a propriedade no Matatu.

A casa da roça já era maior do que na época de Maria do Rosário, mas muito acabada: “uma casa sem número dentro do sitio à Strada [sic] do Matatu, com 38 palmas de frente, porta, três janelas de peitoril, sala e quatro quartos, e toda ela de taipa, sem ladrilho [...] carecendo de grande reparo”.<sup>135</sup> A produção da roça tinha caído bastante. As árvores estavam infestadas de formigas e a área tinha diminuído muito. Nos anos de 1830, media 29 braças de frente, mas, como vimos, Simião vendeu a parte que herdou, e João Francisco também vendeu uma parcela menor. Até 1858, a roça já tinha apenas 16 braças.<sup>136</sup> Depois, João Francisco ainda desmembrou parte do terreno para fazer dois lotes, adjacentes à Estrada do Matatu, para construir casas para seus sobrinhos, Marcellino, filho de Florêncio, e José Thomas Estillita dos Reis, filho de Simião. Essas reduções na área física da propriedade tiveram consequências para a área plantada. Não havia mais a plantação de café, nem tampouco a de abacaxi. Muitas árvores mencionadas na avaliação de 1850 – os jenipapeiros, os limoeiros, as goiabeiras, entre outras – já não

<sup>132</sup> ACMS, Freguesia de Santana, *Óbitos 1864-76*, fl. 60.

<sup>133</sup> APB, *Inventário de João Francisco Régis*, fls. 16-28. As despesas do funeral incluíram 155\$000 em armação, quase 58\$000 em velas e outros objetos, 25\$000 em música e 44\$000 em missas.

<sup>134</sup> APB, *Inventário de João Francisco Régis*, fl. 32v.

<sup>135</sup> APB, *Inventário de João Francisco Régis*, fl. 10-10v.

<sup>136</sup> Documento pertencente ao acervo do Terreiro do Alaketu, transscrito em Silveira, “Sobre a fundação”, p. 372.



constavam. Das 22 jaqueiras que tinham, restavam apenas três, e o número de cajueiros tinha caído pela metade, de 16 para oito. Apenas o número de dendezeiros (12) se manteve igual.<sup>137</sup>

De atividade religiosa, o inventário de João Francisco Régis, como os dos seus pais, não oferece informações. Contudo, em agosto de 1866, o jornal *O Alabama* registrou uma reclamação vaga sobre a existência de um candomblé no Matatu.<sup>138</sup> A evidência dos jornais também sugere que a família realizava alguns rituais nas suas residências. Em 6 de fevereiro de 1862, o *Diário da Bahia* reclamou de “exéquias solenes” na Rua do Genipapeiro e no Beco da Agonia, envolvendo “algumas dúzias de africanos”.<sup>139</sup> Muito provavelmente, tratava-se de rituais do axexê de Zeferina Damásia, que morreu exatamente três anos antes, em 20 de janeiro de 1859. Em 1864, o candomblé no Beco da Agonia voltou à cena nos jornais, com *O Alabama* exigindo providências da polícia no local, pelas “muitas afrontas [à] moral pública”. Talvez por causa dessas reclamações, no ano seguinte, Marcellino Gomes do Sacramento vendeu a casa, comprada no seu nome há 24 anos, por sua avó e madrinha, Maria do Rosário.<sup>140</sup>

## O âmbito religioso: algumas reflexões sobre a sucessão do terreiro

Embora a documentação histórica que encontrei não ofereça evidência explícita sobre os papéis exercidos pelos vários membros da família no campo religioso, ela ainda permite algumas inferências sobre a sequência de líderes e a relação disso com questões de gênero. Em primeiro lugar, apoia uma ideia central das narrativas orais: a da importância de Maria do Rosário no âmbito religioso. Contudo, após sua morte, os homens da família talvez tivessem uma atuação mais importante do que a memória oral parece sugerir.

<sup>137</sup> APB, *Inventário de Gaspar Ferreira de Andrade*, fls. 9-10; *Inventário de João Francisco Régis*, fl. 11.

<sup>138</sup> *O Alabama*, 9/8/1866, p. 4. Agradeço a Luis Nicolau Parés pela indicação desse documento e pela transcrição.

<sup>139</sup> *Diário da Bahia*, 06/02/1862, apud Reis, *Domingos Sodré*, p. 366, n. 24.

<sup>140</sup> *O Alabama*, 16/6/1864; APB, *Livro de notas* 381, fl. 104. No ano antes da venda, Marcellino hipotecou a propriedade por 500\$000: *Livro de notas* 373 (Livro A 08), fl. 87.





Como mencionado acima, segundo a tradição oral, Otampê Ojaró foi sucedida por uma filha chamada Acobiode, que significa, em iorubá, “primeiro filho do caçador”. Mas nenhuma das filhas de Maria do Rosário era primogênita e a documentação revela que ambas morreram bem antes da mãe. Contudo, Acobiode, como muitos outros nomes iorubás, pode ser dado a crianças de ambos os sexos,<sup>141</sup> e o primeiro filho de Maria do Rosário foi Veríssimo do Rosário. Ele sobreviveu à mãe por dois anos, e nesse período, diferentemente de seus irmãos, morava na roça do Matatu, o que sugere que tivesse uma relação mais íntima com o terreiro. Em suma, o perfil de Veríssimo combina muito bem com todos os detalhes que a tradição oral associa à pessoa que sucedeu Maria do Rosário, deixando apenas seu gênero como um conflito com a memória do terreiro. Teria sido ele Acobiode?

Segundo Olga de Alaketu, quem assumiu a liderança do terreiro depois de Acobiode foi a mãe dos filhos de João Francisco Regis, Francisca Gomes de Jesus, cujo nome iorubá teria sido Ode Acobi,<sup>142</sup> o que é apenas uma inversão dos fonemas de Acobiode, sugerindo, talvez, que se tratasse de uma única pessoa.

Não encontrei, na documentação, apoio à importância atribuída a Francisca Gomes de Jesus pela tradição oral. O pouco que descobri sobre ela parece, na verdade, sugerir o contrário. Nos registros paroquiais referentes à família, ela não aparece, deixando a impressão de que fosse uma personagem periférica nas dinâmicas grupais. Gaspar, no seu testamento, nomeou Zeferina Damásia como terceira testamenteira, mas em nenhum momento se referiu a Francisca Gomes de Jesus. Mais surpreendente ainda é que o próprio João Francisco Régis, no seu testamento, a mencionou apenas quando a identificou como a mãe dos seus filhos. Instituiu estes últimos como herdeiros, sem, porém, o fazer para Francisca, apesar de saber que era a única maneira de lhe garantir uma herança, já que não foram casados pela Igreja. Essa omissão significativa, junto com a afirmação enigmática do testador, de que seus filhos não tinham mais “ascendentes vivos” talvez sugira que, nessa altura,

<sup>141</sup> Lima, *A família de santo*, pp. 35 e 52, n. 87

<sup>142</sup> Lima, *A família de santo*, p. 204.



Francisca Gomes de Jesus já estivesse morta. Mas, se for o caso, pergunta-se por que, no mesmo documento, João Francisco pediu que vinte missas fossem rezadas pelas almas dos seus pais, sem fazer um pedido semelhante para a alma de Francisca? Se ela tivesse substituído Acobiode como líder do terreiro, é muito estranho João Francisco omiti-la como herdeira (se fosse viva), ou não pedir missas por sua alma (se fosse morta).

Se não fosse Francisca, quem, então, liderou o terreiro depois de Acobiode? Não há respostas claras, mas uma possibilidade é Zeferina Damásia, tão bem querida pela família que mereceu ser mencionada por ambos, Gaspar e João Francisco, nos seus testamentos. Essa hipótese é reforçada pela matéria do *Diário da Bahia*, citada acima, sobre ritos fúnebres africanos no local onde a família morava, exatamente três anos depois da morte dessa amiga tão importante.

Olga do Alaketu contava que Francisca Gomes de Jesus foi substituída como ialorixá por Silvéria Clemência de Jesus, a esposa de José Gonçalo Francisco Régis. Eles foram casados pela Igreja, o que significa que Silvéria, diferentemente de Francisca, era protegida, legalmente, como herdeira. Por outro lado, o nome iorubá de Silvéria, Iyá Merenundê, não tem significado religioso aparente, enquanto o de José Gonçalo, Babá Boré (Aboré) é um título reservado para o sacerdote elevado que domina os preceitos para a realização de ofertas e sacrifícios para os orixás. Se José Gonçalo usava este título, certamente exercia um papel importante no campo ritual. Isto não desqualifica a ideia de que sua esposa tivesse alguma função central, mas sugere que, no mínimo, eles teriam compartilhado a liderança.<sup>143</sup>

O paradigma etnográfico do candomblé, que surgiu durante a segunda metade do século XX, descreve a religião como essencialmente um matriarcado. Contudo, os antropólogos J. Lorand Matory e Julio Braga recentemente levantaram críticas a essa visão, ambos apontando para o estudo clássico de Ruth Landes, *A cidade das mulheres*, publi-

<sup>143</sup> Lima, *A família de santo*, p. 204; Felix Ayoh' Omidire, comunicação pessoal, 22/12/2010. Sobre liderança compartilhada entre homens e mulheres no campo ritual nesse período, ver Parés, *A formação do candomblé*, p. 35.



cado em 1947, como a fonte de uma abordagem que acabou ocultando as funções reais dos homens no campo religioso.<sup>144</sup> Como evidência, Matory se refere ao trabalho da historiadora Rachel Harding, que encontrou, num estudo de jornais e registros policiais da Bahia, ao longo do século XIX, que cerca de 70% dos candomblés mencionados foram liderados por homens.<sup>145</sup> Os dados de Harding sugerem que, no caso do Alaketu, se alguns homens da família agiam como líderes no âmbito religioso, era de perfeito acordo com as tendências vigentes da época.

### Considerações finais

A documentação aqui apresentada permite desenhar um retrato relativamente detalhado da família que fundou o terreiro do Alaketu, suas redes sociais e seu padrão de vida material, revelando que os fundadores pertenciam a uma elite privilegiada de africanos libertos, que acumulava bens imóveis e escravos, também participando ativamente do catolicismo. Embora essa “elite de cor” fosse minoritária, a evidência – não apenas relativa aos fundadores do Alaketu, mas também a outros africanos libertos com trajetórias extraordinárias de ascensão socioeconômica, como Francisca da Silva, Marcelina da Silva, José Maria Belchior, Manoel Joaquim Ricardo e Domingos Sodré – sugere que a atuação desse grupo foi fundamental na reconfiguração das religiões africanas no Brasil, sobretudo no estabelecimento de comunidades religiosas estáveis e bem-estruturadas.<sup>146</sup>

A documentação encontrada sobre os fundadores do Alaketu veio, em grande medida, graças às suas posses materiais, sendo mais abundante na primeira metade do século e tornando-se cada vez mais escassa depois da morte de João Francisco Regis. Finalmente, no período

<sup>144</sup> J. Lorand Matory, *Black Atlantic Religion: Tradition, Transnationalism, and Matriarchy in the Afro-Brazilian Candomblé*, Princeton, Princeton University Press, 2005, cap. 6; Julio Braga, “Candomblé: cidade das mulheres e dos homens”.

<sup>145</sup> Matory, *Black Atlantic Religion*, p. 192; Rachel Harding, *A Refuge in Thunder: Candomblé and Alternative Spaces of Blackness*, Bloomington, Indiana University Press, 1999, pp. 72-4; Parés, *A formação do candomblé*, p. 135.

<sup>146</sup> Cf. Parés, *A formação do candomblé*; Reis, Domingos Sodré, Castillo e Parés, “Marcelina da Silva e seu mundo”.



pós-Abolição, desaparece por completo o que aponta para um progressivo declínio na situação econômica da família, ao longo da segunda metade do século XIX.

Além de possibilitar um retrato inédito dessa família e apoiar sua reivindicação de ser descendente da aristocracia de Ketu, os dados apresentados aqui também permitem uma estimativa relativamente precisa sobre a idade do terreiro do Alaketu. Maria do Rosário e sua filha Florêncio compraram as terras no Matatu entre 1833 e 1835. Se a primeira fundou o terreiro, deve ter acontecido entre a data dessas compras e 1850, quando ela morreu. Apesar de o Alaketu ter permanecido tanto tempo na sombra da Casa Branca, em termos de visibilidade na etnografia do candomblé, sua importância histórica é indiscutível. Ainda que o Alaketu não seja tão velho como a tradição oral reivindica, mesmo assim, parece ser o mais antigo de Salvador, em termos de funcionamento contínuo no mesmo local. Como mostrei em outros textos, a comunidade fundada por Iyá Nassô funcionava no centro de Salvador, na década de 1820 e na primeira metade dos anos 1830, mas provavelmente não se mudou para o local atual, no Engenho Velho da Federação, até por volta de 1870, e a primeira evidência concreta de sua presença lá é apenas de 1892.<sup>147</sup> Isso, junto com a memória oral do Alaketu, de uma origem independente da Casa Branca, contesta a ideia persistente, introduzida por Edison Carneiro em 1948, que marcou gerações de estudiosos afro-brasileiros desde então, de que a Casa Branca fosse o primeiro terreiro de candomblé de origem nagô e que dele teriam nascido todos os demais.<sup>148</sup>

<sup>147</sup> Castillo e Parés, “Marcelina da Silva e seu mundo”, pp. 142-3.

<sup>148</sup> Carneiro, *Candomblés da Bahia*, pp. 56-7 e 105; Juana Elbein dos Santos, *Os nagô e a morte*, Petrópolis, Vozes, 1975, p. 14; Verger, *Orixás*, pp. 28-31, Silveira, “A fundação”, pp. 359-62 e 369.



## Resumo

O terreiro de candomblé Ilê Maroiá Laji, mais conhecido como o Alaketu, é identificado como um dos mais velhos do Brasil. Segundo a tradição oral, foi fundado por uma africana, filha de uma das famílias reais do reinado iorubá de Ketu, cujo nome africano era Otampê Ojaró. A memória oral também preserva uma genealogia detalhada de seus descendentes consanguíneos e espirituais. O presente texto utiliza o mito fundador do terreiro como base para uma minuciosa reconstrução, através de fontes documentais, das trajetórias de vida de Otampê Ojaró e seus filhos, começando com o batismo, em 1811, do filho que herdou o terreiro, João Francisco Régis, e terminando com a morte deste em 1867. Os diversos dados encontrados permitem desenhar um retrato do núcleo familiar e a rede social nos quais esta africana se inseriu, oferecendo também evidência concreta de que o terreiro foi fundado na primeira metade do século XIX, provavelmente entre 1833 e 1850.

**Palavras-chave:** Candomblé – Bahia – africanos libertos – irmandades católicas – tradição oral

## Abstract

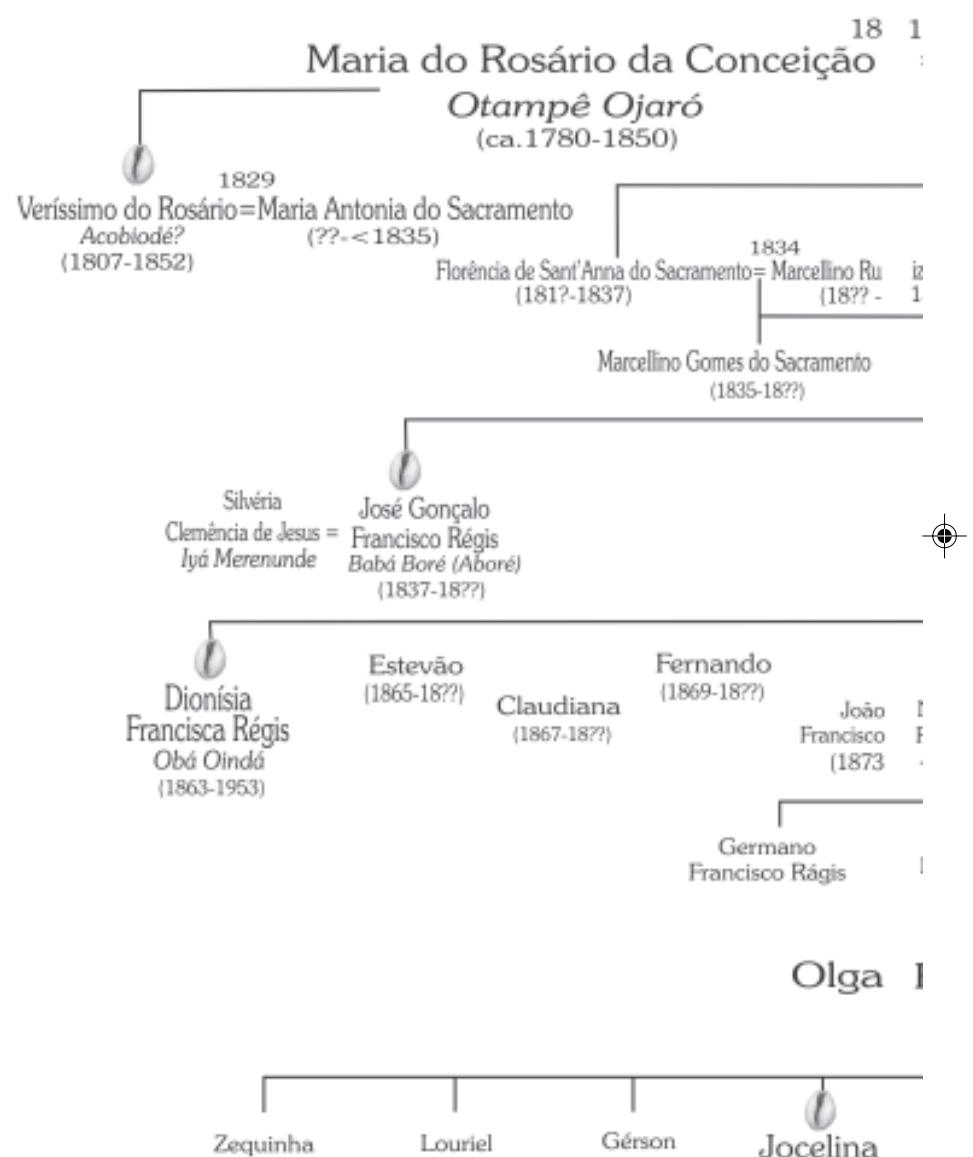
*The candomblé temple Ilê Maroiá Laji, better known as Alaketu, is recognized as one of the oldest in Brazil. According to the temple's rich oral tradition, it was founded by an African woman who was from a royal family of the Yoruba city-state of Ketu and whose African name was Otampê Ojaró. Oral memory also includes a detailed genealogy of her descendants. The present paper utilizes this information as the basis for painstaking reconstruction of the lives of Otampê Ojaró and her children. The numerous documents discovered give a valuable portrait of the family unit and social network of this nineteenth-century African woman, also offering concrete evidence that the temple was founded in the first half of the 1800s, probably between 1833 and 1850.*

**Keywords:** Candomblé – Bahia – African freedmen – Catholic brotherhoods – oral tradition





## Descendentes de Maria





## do Rosário/Otampê Ojaró

